

# Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 32

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Começa consulta a maior lote de restituição do IR ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita calcula que precisará de R\$ 25,8 bi para cobrir desoneração ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Estamos entregando o que falamos que íamos entregar" ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dúvidas sobre este ano e os seguintes ainda persistem ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula vetará fim da isenção em compras de até US\$ 50, afirma líder ..... 10

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo libera R\$ 2,9 bi para gastar e projeta déficit maior ..... 12

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal libera R\$ 2,9 bilhões antes bloqueados ..... 14

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta à restituição do IR abre hoje. Crédito sai dia 31 ..... 16

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal desbloqueia R\$ 2,9 bilhões ..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para entrega da DASN-Simei pelos MEIs vence em 31 de maio ..... 18

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Déficit cresce e governo dispensa contenção de gastos ..... 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS altera calendário para cumprir exigência da aposentadoria no RS ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

No RS, INSS muda regra de prazo para aposentar ..... 22

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Motoristas têm trabalhado mais e ganhado menos ..... 23

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

'Voa Brasil' agora está previsto para junho ..... 25

Quinta-Feira, 23 de Maio de 2024

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Para gastar, poupar ou pagar dívida? ..... 26

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prorrogação do Perse é sancionada ..... 27

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Programa de passagens aéreas será finalizado em junho ..... 28

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lira acena a Lula e dá aval para 2ª fase da reforma tributária ..... 29

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 ..... 30

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Receita libera consulta ao 1º lote de restituição do Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)  
..... 31

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS libera consulta a 2ª parcela do 13º; veja calendário e quem recebe (Previdência)  
..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Senado aprova 30% de cotas ..... 36

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara aprova reajustes salariais de servidores públicos ..... 38

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo abre crédito extra, mas projeção de déficit piora ..... 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: prazo para tributária é "factível" ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em rever vinculação no Orçamento ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária exclui Norte e Centro-Oeste ..... 44

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara instala grupos de trabalho ..... 46

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cerveja sem álcool e 'gatorade' devem ter imposto menor que refrigerante (Reforma tributária)  
..... 47

<b>Câmara instala grupo que irá elaborar relatório sobre a regulamentação da Reforma Tributária</b> .....	49
<b>CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Haddad se equilibra na taxaço de importados</b> .....	50
<b>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Trabalhadores e empresas se unem pelo fim da isenço do imposto de importação - COMÉRCIO EM PAUTA</b> .....	52
<b>DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Para obter déficit zero são necessários R\$ 168 bi</b> .....	54
<b>DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Haddad diz que inflação está controlada</b> .....	55
<b>FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Governo Federal reverte bloqueio no orçamento</b> .....	57
<b>O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA</b> <b>Em ata, Fed indica que pode haver novo aumento dos juros</b> .....	58
<b>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA</b> <b>Haddad fala em "ruídos" e chama de "inimaginável" meta de inflação de 3%</b> .....	60
<b>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</b> <b>Juros e dólar sobem com Haddad e Fed</b> .....	62
<b>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS</b> <b>Ministro assusta mercado no monetário, mas acerta no fiscal</b> .....	64
<b>VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS ECONOMIA</b> <b>Corte começa a julgar incidência de juros sobre expurgos na poupança</b> .....	65
<b>ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA</b> <b>Lei que prorroga benefício ao setor de eventos é sancionada</b> .....	67

# Começa consulta a maior lote de restituição do IR

A partir das 10h de hoje, cerca de 5,6 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física saberão se acertaram as contas com o Leão. Nesse horário, a **Receita Federal** libera a consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2023, com a inclusão de todos os contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber.

O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 5.562.065 contribuintes receberão R\$ 9,5 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

A maior parte, 2.595.933 contribuintes têm entre 60 e 79 anos.

Em seguida, há 1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério. Em terceiro, vêm 886.260 declarações de contribuintes gaúchos, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão.

Em quarto lugar, estão 787.747 contribuintes que informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

O restante dos contribuintes é formado por 258.877 idosos acima de 80 anos e 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A consulta poderá ser feita na página da **Receita Federal** na internet.

Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de maio, na conta ou na chave Pix do CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na

lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração.

Se verificar pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Conta desativada

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate a restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessar o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17713>

# Receita calcula que precisará de R\$ 25,8 bi para cobrir desoneração

A **Receita Federal** calcula que serão necessários R\$ 25,8 bilhões para compensar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento das empresas intensivas em mão de obra e dos municípios em 2024. De acordo com o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, R\$ 15,8 bilhões se referem à renúncia fiscal com o benefício concedido aos 17 setores da economia, e os outros R\$ 10 bilhões à mudança na tributação das prefeituras.

Ontem, durante a apresentação do segundo relatório bimestral de receitas e despesas, Barreirinhas foi questionado sobre o tamanho dessa perda de arrecadação - superior às estimativas do Congresso - e sobre a dificuldade de se conseguir a aprovação de medidas dessa magnitude no Legislativo.

Câmara e Senado têm sinalizado resistência para seguir aprovando medidas de aumento de arrecadação enviadas pelo governo, e pedem que o Executivo também faça a sua parte, por meio do corte de gastos.

Barreirinhas foi taxativo ao dizer que, sem compensação, a prorrogação dos benefícios não irá prosperar. "Se não tiver medida compensatória efetiva, mantém-se, ainda que em fase liminar (no STF), a inconstitucionalidade (das desonerações)", disse ele, em referência à liminar do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu respaldo à Fazenda na exigência de ações compensatórias.

O secretário executivo da pasta, Dario Durigan, reforçou essa posição: "Não vamos abrir mão disso". Segundo Barreirinhas, se não houver medida compensatória após os 60 dias de prazo concedido por Zanin, as políticas de desoneração perderão a validade.

No caso das empresas, já há um acordo fechado para manter o benefício em 2024 e iniciar uma reoneração gradual a partir de 2025. Os municípios também negociam a manutenção da desoneração neste ano, mas ainda não fecharam como se dará a reoneração futura.

"A rigor, para fins de projeção de receita, a situação é tranquila, não estou subestimando o desafio do debate político, das tratativas do Congresso, mas, para nós, técnicos da Receita, é bastante tranquilo." Ontem, o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas elaboradas pela equipe econômica para compensar essas perdas arrecadatórias devem ser divulgadas ainda nesta semana. Segundo ele, os textos já foram enviados à Casa Civil.

Haddad reforçou ainda que não está nos planos da Fazenda usar a eventual taxaço de compras internacionais de até U\$ 50 para compensar essas perdas de receita.

Condição Secretário do Tesouro diz que, sem medida compensatória, volta a valer a liminar do STF

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Estamos entregando o que falamos que íamos entregar"

**MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Guilherme Mello, Graduado na PUC-SP, com doutorado na Unicamp, ajudou a elaborar o plano de governo do presidente Lula

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, mantém-se otimista em relação ao desempenho da economia neste ano - mesmo não sendo possível ainda avaliar o impacto negativo da tragédia no Rio Grande do Sul na atividade econômica, nem o impacto positivo posterior, decorrente das medidas de apoio à reconstrução do Estado. A projeção do governo, revisada recentemente, para o **PIB** deste ano é de alta de 2,5% - no Boletim Focus, a estimativa do mercado é de 2,05%. Para 2025, a projeção é de avanço de 2,8%, o que os analistas consideram muito otimista.

Sobre as críticas à gestão fiscal - que ganharam força após o governo ter flexibilizado as metas de ajuste fiscal estabelecidas para 2025 e 2026 -, o economista diz acreditar que há exagero. "Estamos entregando exatamente o que falamos que íamos entregar e que ninguém acreditava", diz Mello, que ajudou a elaborar o plano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e integra a linha de frente do time do ministro Fernando Haddad.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Em entrevistas ao Estadão/ Broadcast, o investidor Luis Stuhlberger e o ex-presidente do BC Arminio Fraga demonstraram preocupação com uma recente deterioração fiscal. A Fazenda tem uma visão oposta. A que se deve essa divergência?

Depois que a Moody's indicou a possibilidade de aumento da nota do Brasil, eu comecei a ver várias dessas reações, de que o fiscal está muito ruim, de que o fiscal piorou muito.

Mas piorou em relação a quê?

Ah, às expectativas? Então vamos pegar as expectativas do começo de 2023. A expectativa da dívida como proporção do **PIB** era de 79%. No fim do ano, fechou em 74,4%, quase cinco pontos abaixo. Então, se é em relação à expectativa que se tinha, está muito melhor no principal indicador fiscal. Não

tem surpresa negativa, e sim positiva. (No fim de 2022, porém, a dívida estava em 71,7% do **PIB**). No dia 12 de janeiro de 2023, o ministro (Haddad) deu uma coletiva anunciando uma série de medidas que ele tomaria para reduzir o déficit primário e falou: "Eu sei que o PLOA (projeto de lei orçamentária de 2023) projeta um déficit de 2,2% do **PIB**, mas eu vou mirar em 1% do **PIB**". (Na ocasião, o ministro projetou déficit entre 0,5% e 1% do **PIB**). No fim do ano deu 2,2%, mas pagamos os precatórios e o calote nos governadores.

E se descontar esses dois pagamentos?

Dá 1,1% do **PIB**, exatamente o que o ministro falou que a gente ia entregar. E quando a gente falava que ia entregar 1% do **PIB**, a maior parte dos analistas duvidava. Então, superamos as expectativas.

E o descolamento das expectativas neste ano?

No começo, todo mundo falava "vai chegar o primeiro (relatório) bimestral (de receitas e despesas, fechado em março) e o governo vai ter de contingenciar R\$ 56 bilhões e, ainda assim, não vai ser suficiente para projetar o déficit zero". Chegou o primeiro bimestral, contingenciamento zero (não houve contingenciamento, mas o governo bloqueou R\$ 2,9 bilhões para evitar estouro no limite de despesas) e projeção de chegar à meta no final do ano. Vamos ver o segundo bimestral, eu estou confiante.

Mas os investidores se dizem traídos porque o ajuste não está sendo entregue na velocidade prometida.

Nós estamos entregando. Entregamos o déficit de 1% no ano passado, que foi exatamente o que dissemos que íamos fazer, e estamos prontos para entregar um déficit zero, perto do equilíbrio orçamentário neste ano. Agora, é evidente que, quando você constrói o cenário do resultado primário, principalmente os cenários mais longos, você estabelece a meta mas o resultado não é fruto só das nossas ações. Ele é fruto de um conjunto de ações de Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nós mandamos um conjunto de medidas ao Legislativo, ele foi muito correto, parceiro, e aprovou praticamente todas as medidas, mas aprovou, o que é natural numa democracia, de uma forma modulada, diferente do que a gente previa. Isso impacta a nossa

projeção para frente. Algumas medidas atrasaram, outras foram enviadas e acabaram não sendo apreciadas, como juros sobre capital próprio (a mudança na tributação desse benefício foi aprovada aquém do que desejava a Fazenda).

O resultado não depende só do que o governo federal faz.

O sr. considera que há espaço para mais medidas de arrecadação via Congresso?

Eu acho que existe uma estratégia, que boa parte dos Poderes do País entendeu. E isso ajuda.

É claro que é difícil negociar, há questões que envolvem lobbies poderosos. Falamos de (tributar) offshores e fundos fechados, que envolvem poucas pessoas, mas pessoas com muito capital. Mesmo **Carf** (a volta do voto de desempate a favor do Fisco), é para casos grandes.

Todos esses ajustes mostram o compromisso do ministro com uma agenda de recompor a base fiscal sem prejudicar os mais pobres. Como? Corrigindo distorções tributárias, sendo muito criterioso nos programas que nós fazemos, de incentivos, para que sejam bem desenhados, atinjam quem precisa e sejam efetivos.

E perseguir o equilíbrio fiscal.

Como as desonerações serão compensadas?

O ministro vai anunciar. Mas, se você está abrindo mão de receita, vai precisar ter outra fonte.

"É evidente que, quando você constrói o cenário do resultado primário, você estabelece a meta, mas o resultado não é fruto só das nossas ações. Ele é fruto das ações de Executivo, Legislativo e Judiciário"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Dúvidas sobre este ano e os seguintes ainda persistem

**Lu Aiko Otta**

Como esperado pelos especialistas, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do segundo bimestre trouxe projeções apontando para o cumprimento das regras fiscais. O resultado primário (exclui gastos com juros) ficou negativo em R\$ 14,5 bilhões, dentro da margem de tolerância da meta de déficit zero, que é de R\$28,8 bilhões.

Além disso, os R\$ 2,9 bilhões que haviam sido bloqueados na edição anterior do relatório, em março, foram liberados. Isso foi possível por causa da incorporação de um crédito suplementar de R\$ 15,8 bilhões, que elevou o limite de despesas do arcabouço fiscal. No relatório anterior, esse limite estava extrapolado, daí o bloqueio.

Esse crédito, que ocorrerá apenas desta vez, decorre de uma regra de transição do arcabouço fiscal, ligeiramente modificada por um "jabuti" incluído, por articulação atribuída nos bastidores à Casa Civil, na lei que recriou o DPVAT.

Conforme havia antecipado mais cedo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, mesmo com a incorporação da margem extra no limite de despesas, o resultado primário projetado segue dentro da margem de tolerância da meta.

No entanto, o quadro positivo não poderia ser mais provisório.

O primeiro quadrimestre do ano foi "excepcional", qualificou Haddad. Não só para as contas públicas, como para a **inflação**, o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

Mas, acrescentou, "não temos a dimensão do desafio econômico que o Rio Grande do Sul vai representar". Ele contou que tem dormido menos desde o início das chuvas no Estado, pensando nos próximos passos. Assim, o terceiro bimestre do ano preocupa, admitiu.

Ao mesmo tempo, disse esperar que as medidas de recuperação do Estado surtam efeito ainda neste ano.

Antes mesmo das incertezas geradas pelas chuvas no Rio Grande do Sul, porém, já havia dúvidas sobre as

contas deste ano e, principalmente, nos anos seguintes.

O economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, deu como exemplo a incerteza quanto ao desempenho de medidas anunciadas pelo governo, como os julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Não há informações sobre quanto foi obtido.

Nessa frente, o governo projetou receitas de R\$ 54,7 bilhões no orçamento, dos quais espera conseguir R\$ 49,6 bilhões de maio a dezembro, informa o relatório. Questionado, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que os julgamentos estão a todo vapor e que, a partir de maio, um código específico identificará os recolhimentos.

Nesse relatório bimestral, as receitas primárias apresentaram alta de R\$ 16 bilhões. Segundo Barreirinhas, houve rearranjos na classificação que explicam a queda de R\$ 16,4 bilhões nas administradas e aumento de R\$ 9,7 bilhões nas previdenciárias.

Além disso, as receitas não administradas apresentaram alta de R\$ 22,7 bilhões. A principal explicação foi a previsão de entrada de R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras, embora o conselho da estatal tenha aprovado apenas metade desse valor.

O detalhe é que as receitas foram projetadas sobre uma expectativa de crescimento econômico de 2,5% este ano. Esse número havia sido estimado antes das chuvas no Rio Grande do Sul e não pôde ainda ser recalculado.

O crescimento das despesas obrigatórias, por sua vez, é apontado por técnicos como principal fator de risco para as contas públicas. No relatório, cresceram R\$ 20,1 bilhões, explicados em parte pelas medidas de socorro ao Rio Grande do Sul.

Os gastos com Previdência foram reestimados em R\$ 3,5 bilhões, após acréscimo de R\$ 5,6 bilhões no relatório anterior. O secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, comentou que a despesa segue acompanhada de perto, pois representa metade o limite de despesas.

É bastante provável que o próximo relatório traga um retrato negativo dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Na expectativa do governo, o cenário melhorará nos bimestres seguintes.

Ainda que os dados melhorem e que a meta do ano seja cumprida, as preocupações com a sustentabilidade das contas públicas seguem presentes. Isso porque o avanço dos gastos obrigatórios ameaça inviabilizar o arcabouço fiscal em alguns anos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Lula vetará fim da isenção em compras de até US\$ 50, afirma líder

**Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira, Estevão Taiar e Adriana Mattos**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quarta-feira (22) que vetará o fim da isenção do imposto de importação em compras internacionais de até US\$ 50 se for aprovado dentro do projeto da Mobilidade Verde e Inovação (Mover), disse ao Valor o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), insiste na aprovação e adiou a votação. Uma nova tentativa deve ocorrer nesta quinta-feira.

Nas últimas semanas, a inclusão do tema no PL do Mover dividiu as bancadas e impôs o adiamento da votação em outras oportunidades. Os petistas avaliam que o fim da isenção pode gerar reações na base eleitoral do partido e desgastar o governo Lula se aprovada. O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, também está contra e propôs a aprovação de emenda que isentaria de imposto todas as vendas nacionais de até US\$ 50 - cerca de R\$ 250. A proposta é considerada uma "bomba-fiscal" pelos governistas e até por opositoristas.

Em mensagem encaminhada ao grupo de vice-líderes do governo na Câmara no WhatsApp, Guimarães (PT-CE) afirmou que

Lula queria a aprovação do PL do Mover, a nova política automotiva do país, e que está contra o fim da isenção das compras internacionais até US\$ 50. Ao Valor, o deputado confirmou: "Vai vetar [se for aprovado]".

Lira insiste na taxaço e recebeu o apoio de empresários de peso nas últimas semanas. CEO da Renner, Fábio Faccio esteve em Brasília para se reunir pessoalmente com o presidente da Câmara e com os deputados e apresentar argumentos a favor da taxaço. "Não queremos barreira comercial, queremos igualdade de concorrência. Se também tivermos isenção, os nossos produtos seriam vendidos pela metade do preço e com melhor qualidade", disse.

Nas semanas anteriores, executivos da Petz, Leroy Merlin, Riachuelo e Mercado Livre também participaram deste "corpo a corpo" para sensibilizar os parlamentares e o governo. "Esses e-commerces dizem que estão ajudando as pessoas com menor

poder aquisitivo, mas na verdade estão tirando os empregos dessas pessoas e também o dinheiro para as políticas sociais ao não pagarem **impostos**", disse Faccio.

O Valor apurou que varejistas ligadas ao 1DV, principal instituto do varejo no país, ainda têm expectativa de que, mesmo com um eventual veto de Lula à volta da alíquota de importação, seja possível reverter a questão por meio do debate com o presidente.

"Temos que ir passo a passo, primeiramente tratar da aprovação do projeto na Câmara, e se depois houver resistência do Executivo, provarmos que a isenção é nociva às empresas e aos empregos", disse uma fonte a par da discussão. "Uma batalha por vez".

A rejeição de Lula à ideia de volta da alíquota já era de conhecimento dos interlocutores do varejo e indústria e não causou surpresa a hipótese de veto entre aqueles que estavam em Brasília ontem, acompanhando o tema. As companhias já vinham, inclusive, aumentando a pressão no Congresso, na busca de apoio do governo.

Nesta semana, presidentes de empresas como Renner, Petz, Marisa e Caedu encaminharam vídeos e mensagens a deputados pedindo apoio para o fim da isenção, apurou o Valor.

Já os marketplaces internacionais alegam que o programa de isenção de até US\$ 50 é uma prática mundial, permitiu à população de baixa renda receber o mesmo benefício dos mais ricos que fazem compras em viagens internacionais e gerou milhares de empregos no setor de logística no Brasil.

Além disso, defendem que o impacto no varejo e indústria nacionais não é tão grande quanto alardeado pelos empresários brasileiros. "A parcela do e-commerce de plataformas internacionais não alcançaria mais do que 0,5% do varejo nacional", disse carta assinada por Proteste, Instituto Livre Mercado e Associação Brasileira das Empresas de Transporte.

A taxaço, caso revogada a isenção, seria de 60% do imposto de importação sobre os produtos, além dos 17% já cobrados de ICMS por causa do "Remessa Conforme", da **Receita Federal**. Isso, argumentam os

empresários estrangeiros, causaria um imposto global de 90% e inviabilizaria o mercado "crossborder".

Como alternativa, o relator do projeto do Mover, deputado Átila Lira (PP-PI), sugeriu alterar o texto para que o imposto de importação seja de 25% ou tenha um escalonamento, mas, mesmo assim, não houve apoio do governo Lula. "Vou torcer para votar amanhã [quinta-feira] porque não quero prejudicar o projeto", disse o relator. Ele destacou que o próprio governo pediu o adiamento diante do temor de que a emenda da deputada Adriana Ventura (Novo-SP) que sugere a extensão da isenção para a indústria nacional fosse aprovada pelo plenário da casa.

A deputados o ministro Fernando Haddad (PT) defendeu uma "solução conjunta" entre os três Poderes para decidir como será realizada a taxação de importações abaixo de US\$ 50.

"A preocupação do comércio é legítima, da indústria é legítima, mas precisa haver um entendimento dos três Poderes em tomo dessa questão", disse em audiência pública em comissão da Câmara.

Ele também elogiou nominalmente os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), por causa do acordo realizado pelos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que estabeleceu a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em cima dessas importações.

No fim da audiência, o chefe da equipe econômica afirmou a jornalistas que não acredita "isso será decidido no Mover", referindo-se ao projeto de lei.

Varejistas têm expectativa de que possível veto ainda possa ser revertido com negociações

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Governo libera R\$ 2,9 bi para gastar e projeta déficit maior

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, mas elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões - equivalente a 0,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Apesar da piora, o resultado projetado segue dentro do intervalo de tolerância previsto no novo arcabouço fiscal para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB** para menos ou para mais. Na prática, o governo poderá chegar ao final do ano com um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem estourar a meta.

A nova projeção de déficit foi encaminhada ao Congresso nesta quarta-feira (22), no segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano.

O governo também não precisou fazer um contingenciamento das despesas para cumprir a meta fiscal de déficit zero.

O relatório trouxe a reversão do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões que tinha sido feito preventivamente no primeiro relatório, em março, para não estourar o teto de gastos do novo arcabouço fiscal. O desbloqueio orçamentário ajuda a diminuir a pressão sobre as pastas que tinham sido mais afetadas pelo corte feito em março pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Si-mone Tebet (Planejamento).

Na época, os Ministérios das Cidades e dos Transportes foram os principais alvos do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em verbas no Orçamento. Apesar do aumento da previsão de despesas obrigatórias, a liberação foi possível porque o governo conseguiu abrir um espaço fiscal permanente de R\$ 15,8 bilhões em novas despesas.

O artigo 14 da lei que criou o novo arcabouço fiscal permitia essa ampliação caso a avaliação das receitas fosse favorável no relatório de avaliação do Orçamento do segundo bimestre, o que de fato aconteceu.

A ampliação do espaço de despesas amorteceu o aumento dos gastos obrigatórios. O montante também abriu uma folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, conforme mostrou

o documento.

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que essa sobra, na prática, é um colchão de segurança para acomodar futuras pressões de aumento de despesas obrigatórias. "Não significa que há recursos sobrando. Temos que ser vigilantes".

Alguns membros do governo já estão de olho nesses recursos, como a ministra Esther Dweck (Gestão). A pasta estuda usar parte dessa verba liberada para conceder reajuste salarial aos servidores da educação federal, que estão em greve.

Os números do governo mostram uma perspectiva mais otimista do que a projetada pelo mercado financeiro, que espera um déficit de 0,70% do **PIB** para este ano diante de previsões divergentes com relação à alta da arrecadação até o final do ano.

Ainda de acordo com o relatório, a projeção de despesas aumentou em R\$ 24,4 bilhões - R\$ 20 bilhões em gastos obrigatórios. Desse total, R\$ 13 bilhões são destinados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande Sul - despesas que são deduzidas do cálculo da meta fiscal.

O governo contabilizou um aumento de R\$ 3,5 bilhões nas estimativas de despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, que subiu de R\$ 914,2 bilhões para R\$ 917,8 bilhões em 2024. O impacto dos gastos com a Previdência seria maior se não fosse o efeito das medidas de revisão desses benefícios, que incluem combate a fraudes.

As despesas com subsídios e Proagro (seguro agrícola) seguem com forte alta e têm sido um fator de piora das previsões. O novo relatório mostrou uma alta de R\$ 3,8 bilhões em relação a março, com a estimativa de receitas subindo de R\$ 20,4 bilhões para R\$ 24,2 bilhões.

Já a previsão de receitas com **impostos** cobrados pela **Receita Federal** caiu R\$ 16,4 bilhões. Esse movimento foi compensado pelo aumento de R\$ 14,3 bilhões de receitas com dividendos. Entre elas, os dividendos extraordinários pagos pela Petrobras, cujo pagamento tinha sido inicialmente suspenso pelo Conselho de Administração da companhia.

A arrecadação com recursos de exploração mineral também ajudou o governo com uma alta de RS 8,5 bilhões nas estimativas. O governo contabilizou ainda uma alta de RS 9.7 bilhões com receita para a previdência. (Folhapress)

Fernando Haddad (Fazenda): bloqueio revertido reduz cortes em postos

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/23-maio-2024/1o-caderno>

# Governo federal libera R\$ 2,9 bilhões antes bloqueados

**WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília**

Beneficiado pela liberação de R\$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R\$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento.

O aumento do teto de gastos em R\$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvat). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal.

Com a inclusão dos R\$ 15,8 bilhões, o governo agora tem folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento real (acima da **inflação**) dos gastos a 70% do crescimento real da receita do ano anterior. Não fosse o aumento do limite, o governo teria de fazer um novo bloqueio de R\$ 10,4 bilhões.

"Esses recursos [os R\$ 15,8 bilhões] poderiam estar disponíveis desde o início [do ano], mas foram retirados durante a tramitação [do novo arcabouço fiscal] no Congresso. É importante ressaltar que esse dinheiro entraria de qualquer forma no Orçamento de 2024", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Déficit primário Documento enviado a cada 2 meses ao Congresso, que orienta a execução do Orçamento, o relatório bimestral aumentou de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões, 0,1% do **PIB**, a estimativa de déficit primário para este ano. O resultado negativo está dentro do limite de tolerância de déficit de R\$ 28,8 bilhões definido pelo novo arcabouço fiscal.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O novo marco fiscal permite uma banda de 0,25% do **PIB**, para mais ou para menos, em relação à meta de déficit zero para este ano.

O documento prevê alta de R\$ 16 bilhões nas receitas

brutas em relação ao relatório anterior. Desse total, R\$ 16,4 bilhões a menos da receita administrada pela **Receita Federal**, principalmente por causa da queda da previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No entanto, as receitas extraordinárias subiram R\$ 22,7 bilhões, puxadas pelos royalties do petróleo e do aumento de dividendos das estatais. A estimativa de arrecadação da **Previdência Social** subiu R\$ 9,7 bilhões. Isso fez a projeção de receitas brutas subir. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a alta na receita líquida diminui para R\$ 6,3 bilhões.

Rio Grande do Sul Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 24,4 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R\$ 20,1 bilhões, dos quais R\$ 13 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do estado.

Como as despesas como Rio Grande do Sul são consideradas créditos extraordinários, não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para cima em R\$ 4,3 bilhões, resultando no crescimento final de R\$ 24,4 bilhões nas despesas federais.

O relatório manteve as projeções divulgadas em março para a obtenção de receitas extras pelo governo. Para cumprir a meta de resultado primário zero, o governo precisa de R\$ 168 bilhões para este ano. O relatório prevê a obtenção de R\$ 168,33 bilhões, apesar de o governo ter fechado acordo para manter a desoneração da folha de pagamentos até o fim do ano e cedido em pontos como a prorrogação do Perse, programa para ajuda a empresas de turismo e eventos.

Segundo Dario Durigan, a aprovação da Medida Provisória 1.202, editada no fim do ano passado, ajudará o governo a cumprir as metas fiscais. Embora o texto original tenha sido desidratado, a medida prevê limitação às compensações tributárias (descontos em pagamentos de **tributos**) em R\$ 24 bilhões, o que ajudou o governo a obter receitas para cobrir a alteração de medidas pelo Congresso.

**Site:**

**<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=873&edicao=21911>**

# Consulta à restituição do IR abre hoje. Crédito sai dia 31

Em razão das enchentes e fortes chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul, a consulta ao primeiro lote do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2024 que abre a partir de hoje traz como prioritários os contribuintes gaúchos, juntamente com outras categorias pelo país como idosos ou pessoas com deficiência ou doença grave. No RS serão restituídas 886,26 mil declarações, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão. O crédito bancário para quem tem valores a serem restituídos será feito no próximo dia 31. Do montante de R\$ 9,5 bilhões no país, R\$ 8,85 bilhões são direcionados aos prioritários.

O lote é o maior da história, informa o governo federal.

Em razão das enchentes, no RS o prazo final da declaração foi estendido de 31 de maio para 31 de agosto para quem vive nas cidades em estado de calamidade pública. Nos demais casos e no restante do Brasil o prazo termina na semana que vem, dia 31.

Os municípios gaúchos que tiveram adiamento são aqueles incluídos nos decretos de calamidade.

Além disso, prazos para prática de atos processuais no âmbito da Receita quanto a processos administrativos de interesse de contribuintes domiciliados nos locais afetados estão suspensos.

Para verificar se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar [www.gov.br/receitafederal](http://www.gov.br/receitafederal), clicar em "Meu Imposto de Renda" e depois em "Consultar a Restituição". A página tem canais de prestação do serviço, permitindo consulta simplificada ou completa por meio do extrato de processamento acessado no e-CAC. Caso identifique pendência o contribuinte pode fazer retificação. A Receita também tem um aplicativo para tablets e smartphones que permite consultar não somente as informações sobre a liberação das restituições do IRPF, mas a situação cadastral do CPF.

O pagamento da restituição é feito na conta bancária informada na declaração de forma direta ou por indicação de chave Pix. Se o crédito não for realizado, os valores ficarão disponíveis para resgate por um período de até um ano no Banco do Brasil. Neste caso, o contribuinte poderá reagendar o crédito dos valores pelo Portal BB no site

<https://www.bb.com.br/irpf> ou pela Central de Relacionamento BB nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (exclusivo para deficiente auditivo).

## LEMBRETES

Para verificar se a restituição do IRPF está disponível, o endereço é [www.gov.br/receitafederal](http://www.gov.br/receitafederal).

O contribuinte deverá clicar em "Meu Imposto de Renda" e depois em "Consultar a Restituição".

A **Receita Federal** tem um aplicativo para tablets e smartphones, recurso que permite consultar não somente as informações sobre a liberação das restituições do Imposto de Renda, mas também a situação cadastral do CPF.

## Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11090>

# Governo federal desbloqueia R\$ 2,9 bilhões

Beneficiário pela liberação de R\$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R\$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento.

O aumento do teto de gastos em R\$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvat). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal.

Com a inclusão dos R\$ 15,8 bilhões, o governo agora tem folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento real (acima da **inflação**) dos gastos a 70% do crescimento real da receita do ano anterior. Não fosse o aumento do limite, o governo teria de fazer um novo bloqueio de R\$ 10,4 bilhões.

"Esses recursos [os R\$ 15,8 bilhões] poderiam estar disponíveis desde o início [do ano], mas foram retirados durante a tramitação [do novo arcabouço fiscal] no Congresso. É importante ressaltar que esse dinheiro entraria de qualquer forma no Orçamento de 2024", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Déficit primário - Documento enviado a cada dois meses ao Congresso, que orienta a execução do Orçamento, o relatório bimestral aumentou de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões, 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), a estimativa de déficit primário para este ano. O resultado negativo está dentro do limite de tolerância de déficit de R\$ 28,8 bilhões definido pelo novo arcabouço fiscal.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública.

O novo marco fiscal permite uma banda de 0,25% do **PIB**, para mais ou para menos, em relação à meta de déficit zero para este ano.

Arrecadação - O documento prevê alta de R\$ 16 bilhões nas receitas brutas em relação ao relatório anterior. Desse total, R\$ 16,4 bilhões a menos da receita administrada pela **Receita Federal**,

principalmente por causa da queda da previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No entanto, as receitas extraordinárias subiram R\$ 22,7 bilhões, puxadas pelos royalties do petróleo e do aumento de dividendos das estatais. A estimativa de arrecadação da **Previdência Social** subiu R\$ 9,7 bilhões.

Isso fez a projeção de receitas brutas subir. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a alta na receita líquida diminui para R\$ 6,3 bilhões.

Catástrofe - Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 24,4 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R\$ 20,1 bilhões, dos quais R\$ 13 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do estado.

Como as despesas com o Rio Grande do Sul são consideradas créditos extraordinários, não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para cima em R\$ 4,3 bilhões, resultando no crescimento final de R\$ 24,4 bilhões nas despesas federais.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-23-05-2024/>

# Prazo para entrega da DASN-Simei pelos MEIs vence em 31 de maio

Até o dia 20 de maio, 6.630.179 microempreendedores individuais (MEIs) já haviam entregado a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei) para a **Receita Federal** referente ao ano-calendário 2023. No fim do ano passado, o órgão contabilizou 15.719.345 CNPJs ativos como MEIs. Portanto, ainda faltam 9 milhões - mais da metade (57,8%) - de microempreendedores individuais para cumprirem a obrigação.

O prazo encerra em 31 de maio. A medida é obrigatória e serve para informar os rendimentos anuais da empresa no exercício do ano anterior, neste caso, em 2023. Quem não o fizer fica com pendência na **Receita Federal** e deve pagar uma multa de 2% por cada mês de atraso (com limite de até 20%) sobre o valor total dos **tributos** declarados. O valor mínimo é de R\$ 50.

Para os MEIs com matriz localizada em municípios do Rio Grande do Sul, o prazo para entregar a DASN-Simei foi prorrogado até 31 de julho, em decorrência da situação de calamidade pública provocada pelas chuvas no estado.

De acordo com a classificação estabelecida pelo governo federal, para se enquadrar como MEI, o empreendimento deve ter um faturamento anual de no máximo R\$ 81 mil; contratar no máximo um funcionário; não ser sócio, titular ou administrador de outra empresa; e não ter ou abrir uma filial posteriormente.

O gerente de relacionamento com o cliente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ênio Pinto, alerta para a importância de entregar a declaração anual. "É importante que você faça (a declaração) para mostrar para o governo que você continua dentro do limite de faturamento que te permite atuar como microempreendedor individual, para que você continue tendo direito a todo o pacote previdenciário que você faz jus a partir do momento que é MEI, faz o seu recolhimento em dia e tem sua declaração anual também entregue dentro do prazo", ressalta.

Mesmo quem não teve rendimentos em 2023, mas já tinha o CNPJ ativo como MEI, precisa entregar a DASN-Simei até 31 de maio.

Para fazer a declaração dos rendimentos anuais como MEI, basta acessar o Portal do Empreendedor. A analista técnica do Sebrae de Santa Catarina, Sueli Lyra, explica o passo a passo. "Acesse o portal gov.br/mei. Clique em 'já sou MEI' e depois em Declaração Anual de Faturamento.

Digite seu número de CNPJ, selecione o ano da declaração - no caso referente ao ano de 2023. Informe o valor total de faturamento pela empresa; seja de serviço, comércio, indústria e transporte. Selecione se você teve ou não funcionários naquele período. E vai aparecer um resumo de todas as contribuições pagas por você naquele ano. Clique em entregar a declaração e pronto. Rápido, fácil e gratuito", destaca.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-23-05-2024/>

# Déficit cresce e governo dispensa contenção de gastos

23/05/2024 05h02 Atualizado há uma hora

O governo federal iniciou o ano sob a perspectiva de fazer um contingenciamento de despesas de até R\$ 55 bilhões. Segurou apenas R\$ 2,9 bilhões na primeira revisão bimestral de receitas e despesas e, na segunda revisão, apresentada ontem, eliminou o pífio contingenciamento feito. O resultado primário, negativo em R\$ 9,34 bilhões, subiu para R\$ 14,5 bilhões, dentro da margem permitida de R\$ 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**).

O argumento para eliminar a contenção de despesas foi a antecipação de crédito suplementar para aumento de gastos de R\$ 15,8 bilhões aprovado rapidamente pelo Congresso e ainda não utilizado. Contando com seu uso, o governo concluiu que não precisava mais de economias para garantir um resultado equilibrado entre receitas e despesas até o fim do ano. Analistas privados não acreditam que a meta será atingida, nem com a margem de ajuste permitida pela regra do novo regime fiscal.

O Planalto segue a determinação de ampliar gastos. Os números da segunda avaliação mostraram que, em relação à primeira, as receitas líquidas, que excluem as transferências, aumentaram R\$ 6,3 bilhões, atingindo R\$ 2,181 trilhões. No entanto, continuam abaixo da receita líquida prevista na lei orçamentária, de R\$ R\$ 2,191 trilhões. Isso acontece apesar do aumento de receitas, no qual o governo colhe seus melhores frutos até agora. O novo regime fiscal depende da elevação das receitas para conseguir realizar gastos reais, acima da **inflação**, entre 0,6% e 2,5%. A arrecadação federal bateu recorde da série histórica nos quatro primeiros meses do ano (8,33% reais), a maior para o período desde 1995.

O contingenciamento sumiu apesar de as despesas primárias estarem crescendo mais do que as receitas líquidas. Na comparação entre as duas revisões bimestrais, aumentaram R\$ 24,4 bilhões, para R\$ 2,209 trilhões. Neste caso, ao contrário do que ocorreu com as receitas, os gastos já estão R\$ 27 bilhões acima do previsto na lei orçamentária. Isto é, o déficit primário já encosta no limite da margem permitida.

O acréscimo de R\$ 15,8 bilhões permitido pelo novo regime fiscal certamente ajuda as contas, que, ainda assim, são apertadas. Segundo estimativa do Tesouro,

as despesas sujeitas ao limite o superaram em R\$ 13,3 bilhões. Há no máximo R\$ 2,5 bilhões de folga. As receitas com concessões e permissões, segundo as estimativas do segundo bimestre, deverão ter queda de R\$ 6,4 bilhões e se situarem em R\$ 25,2 bilhões. As avaliações para o comportamento da arrecadação administrada pela Receita encolheram R\$ 16,4 bilhões em relação à primeira revisão e R\$ 34 bilhões em relação ao previsto na lei orçamentária. As receitas não administradas, por outro lado, cresceram R\$ 22 bilhões e se encontram no nível estimado pela LOA 24.

Enquanto o aumento da arrecadação, obtido por medidas aprovadas pelo Congresso no ano passado - como a taxação de fundos exclusivos e dos offshore e a volta do voto de minerva para governo no **Carf** -, pode ter chegado ao pico no quadrimestre, a contabilidade das despesas não está completa. As despesas previdenciárias, segundo analistas, estão subavaliadas. Entre a primeira revisão e a segunda, a estimativa aumentou R\$ 7,9 bilhões. O Congresso derrubou parcialmente o veto de R\$ 5,2 bilhões em emendas parlamentares feito pelo presidente Lula e conseguiu arrematar R\$ 3,6 bilhões. O governo precisaria obter R\$ 168,5 bilhões em receitas extras para zerar o déficit fiscal, mas há previsões que não devem se confirmar, como quase R\$ 98 bilhões de pagamentos das empresas à Receita para encerrar disputas no **Carf**.

No ano passado, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) teve um enorme déficit primário de R\$ 230,5 bilhões, ou 2,12%, o maior desde que as contas públicas começaram a mergulhar no vermelho, no segundo mandato de Dilma Rousseff. Ao revogar o teto de gastos e criar o novo regime fiscal, houve a expectativa de que haveria algum controle no endividamento. As regras fiscais, porém, estão desequilibradas. A começar pelo princípio de que não são os gastos que têm de se adequar às receitas, mas estas que têm de permitir aumentar os gastos, que está implícito nos princípios das novas regras.

O governo mudou a meta na estreia do novo regime e reduziu a de 2025 para zero, em vez de 0,5%, e estipulou para o último ano do governo de Lula, 2026, superávit de 0,25% do **PIB**, que, com a margem admitida para baixo, poderá se transformar em déficit zero. As previsões do boletim Focus mostram que

analistas e consultorias não acreditaram em nenhum momento nas metas e preveem déficits em todo o mandato de Lula, com possibilidade de alguma piora no horizonte neste e no próximo ano.

Ainda há tempo para a correção de rota, com um freio de gastos e contenção de recursos orçamentários que de fato se adequem ao cumprimento da meta proposta pelo próprio governo. Se a **inflação** voltar a subir e os juros pararem de cair, o governo terá de fazer um ajuste sério, sob pena de perder popularidade perto do calendário da sucessão.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/05/23/deficit-cresce-e-governo-dispensa-contencao-de-gastos.ghtml>**

# INSS altera calendário para cumprir exigência da aposentadoria no RS

*(Cristiane Gercina/ Folhapress)*

O Ministério da **Previdência Social** e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) alteraram os prazos para cumprimento de exigência da aposentadoria e pedidos de recurso no Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS) para moradores do Rio Grande do Sul por causa do estado de calamidade pública causado pelas chuvas.

Segundo portaria publicada no Diário Oficial da União de ontem, ficam suspensos por 60 dias, a contar do dia 24 de abril, os prazos administrativos de diversas ações relacionados a benefícios como aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e perícia médica, entre outros.

A ação é inédita e atendeu a solicitação feita pela sociedade civil organizada. Um dos órgãos que fez pedidos ao governo sobre os prazos no **INSS** foi o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), com forte atuação no Sul.

O ministério, no entanto, realizou estudos próprios antes de publicar a portaria, para entender a situação das agências, dos servidores e do atendimento a ser prestado ao público.

"O IBDP enviou sugestões, mas o ministério fez análises e estudos próprios para o atendimento da situação. O diálogo e colaboração institucional são importantes para as inovações e avanços", afirma a presidente do instituto, Gisele Kravchychyn.

Segundo a portaria, ficam suspensos, sem prejuízo e quando possível, a análise de requerimentos administrativos para cumprimento de exigências, requerimento de revisão, apresentação de documentos, interposição de defesa e cobrança administrativa dos benefícios e serviços do **INSS**.

A perícia médica federal também será afetada. Os prazos para entrega de documentação complementar solicitada pelo perito serão suspensos por até 60 dias, dando mais tempo ao segurado para conseguir as provas de seu adoecimento ou da evolução da doença.

No caso dos recursos, a regra vale tanto na instância inicial quanto no CRPS. Neste caso, o cidadão ganha

mais tempo para contestar o benefício ou revisão negados. A regra vale para os beneficiários do **INSS**, seus advogados e empresas que precisam enviar documentos e cumprir normas da legislação previdenciária.

Diferentemente de outras medidas governamentais, como o pagamento do Auxílio Reconstrução de R\$ 5.100, a liberação de parcela extra do seguro-desemprego e o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que atendem apenas os moradores de municípios que estão em estado de calamidade pública decretada pela Defesa Civil, as regras da Previdência valem para todo o estado.

Em nota, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirma que as medidas vão facilitar o acesso dos moradores do Rio Grande do Sul aos benefícios previdenciários.

"Essa portaria que publicamos hoje retira parte da burocracia, para facilitar o acesso dessas pessoas aos benefícios da **Previdência Social**. Queremos que todos aqueles que tenham direitos sejam atendidos em suas demandas. Que não sejam penalizadas duplamente por de repente estar sem um documento ou não ter conseguido cumprir um prazo legal", afirma.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-23-05-2024/>

# No RS, INSS muda regra de prazo para aposentar

O Ministério da **Previdência Social** e o **INSS** alteraram os prazos para cumprimento de exigência da aposentadoria e pedidos de recurso no CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**) para moradores do Rio Grande do Sul por causa do estado de calamidade pública causado pelas chuvas.

Segundo portaria publicada no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira (22) ficam suspensos por 60 dias, a contar do dia 24 de abril, os prazos administrativos de diversas ações relacionados a benefícios como aposentadoria, pensão, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e perícia médica.

A ação é inédita e atendeu a solicitação feita pela sociedade civil organizada. O ministério, no entanto, realizou estudos próprios antes de publicar a portaria, para entender a situação das agências, dos servidores e do atendimento a ser prestado ao público.

Segundo a portaria, ficam suspensos, sem prejuízo e quando possível, a análise de requerimentos administrativos para cumprimento de exigências, requerimento de revisão, apresentação de documentos, interposição de defesa e cobrança administrativa dos benefícios e serviços do **INSS**.

A perícia médica também será afetada. Os prazos para entrega de documentação complementar solicitada pelo perito serão suspensos por até 60 dias, dando mais tempo ao segurado para conseguir as provas de seu adoecimento ou da evolução da doença.

No caso dos recursos, a regra vale tanto na instância inicial quanto no CRPS. Neste caso, o cidadão ganha mais tempo para contestar o benefício ou revisão negados. A regra vale para os beneficiários do **INSS**, seus advogados e empresas que precisam enviar documentos e cumprir normas da legislação previdenciária.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187881>

# Motoristas têm trabalhado mais e ganhado menos

**Francine Spinassé Rodrigo Pcret**

O número de motoristas por aplicativo e entregadores no País têm crescido a cada ano, mas os profissionais que atuam nessas funções estão ganhando cada vez menos e trabalhando cada vez mais.

E o que revelou o estudo "Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil", parte da 77a edição do Boletim de Mercado de Trabalho, apresentado na última terça-feira pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Segundo o levantamento do Ipea, o número de motoristas atuando de forma autônoma no transporte de passageiros passou de 400 mil em 2012 para 1 milhão em 2022. Nos mesmos dez anos, o rendimento médio destes profissionais caiu de R\$ 3.100 para R\$ 2.400.

A partir de dados da Pnad Contínua, do IBGE, os pesquisadores Sandro Sacchet de Carvalho e Mauro Oddo Nogueira analisaram em que medida o crescimento da chamada "plataformização" do trabalho levou a uma precarização da rotina de motoristas de transporte de passageiros e entregadores.

A análise apontou que enquanto o número de motoristas não para de crescer na última década, a variação da renda média deles tem trajetória de queda. No pico da série histórica, a renda alcançou cerca de R\$ 3.100, mas caiu a R\$ 2.600 em 2017 e depois a pouco menos de R\$ 2.200 em 2021. Em 2022, houve uma melhora no cenário.

Luiz Fernando Muller, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo do Estado (Amapes), relata que, no Espírito Santo, a situação está "complicada" e que há motoristas trabalhando de 3 a 4 horas a mais para conseguir ganhar o que ganhavam antes.

"Ontem (última terça-feira) eu mesmo deixei de rodar no dia porque os valores não estavam compensando. Desde que as conversas sobre regulamentação começaram, essa situação vem se agravando. Parece que o Uber pegou o valor mínimo por hora do projeto, e transformou no teto. Antes se fazia em média R\$ 45 por hora, agora se faz cerca de R\$ 34. Está complicado".

"Parece 11 que a Uber pegou o mínimo por hora do projeto [de lei], e transformou no teto. Antes, eram R\$ 45 a hora. Agora, são R\$ 34" Luiz Fernando Muller, presidente da Amape

Contribuição para o **INSS** despensa de 47% para 24,8%

A contribuição previdenciária de motoristas também vai contra a tendência dos demais trabalhadores, tanto os sem carteira quanto os que trabalham por conta própria: enquanto estes passaram a contribuir mais ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), entre os motoristas autônomos o patamar caiu de 47,8% em 2015 para 24,8% em 2023.

O volume de entregadores que contribuem à **Previdência Social** também despencou, passando de mais de 60% em 2014 para 54,3% em 2016 e indo a pouco menos de 30% em 2020.

Ao todo, 35,7% dos profissionais que prestam serviços por aplicativo contribuem para a **Previdência Social**, patamar bem abaixo dos 61,3% registrado entre os demais trabalhadores brasileiros, formais e informais, do setor privado.

O estudo calculou que o país tem 2,1 milhões de trabalhadores atuando em plataformas digitais.

Desse total, 1,5 milhão - ou 71% - são aqueles que prestam serviços por aplicativo, principalmente como motoristas de passageiros ou entregadores de comida e produtos. Mas esse grupo inclui também profissionais como tradutores e de TI e trabalhadores como encanadores, diaristas, pedreiros e qualquer um que ofereça seus serviços via plataformas.

Governo Lula insiste em criar legislação para a categoria

O governo federal persiste na tentativa de criar uma regulamentação para a profissão de motoristas por aplicativo, mas têm enfrentado diversos desafios no caminho.

Isso porque a proposta, apresentada em março pelo governo, gerou uma onda de protestos dos próprios trabalhadores e também enfrenta resistências no

Congresso. Responsável pela elaboração do texto, o ministro Marinho tem sido cobrado a atuar para conter a crise.

A avaliação no governo é que o texto, feito em meio a ameaças às plataformas e rumores de que as empresas poderiam deixar o país, foi mal divulgado. Ontem, o presidente Lula se reuniu com o CEO global do Uber, Dara Khosrowshahi, no Palácio do Planalto. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também participou da reunião.

#### O QUE DIZ A PESQUISA

Remuneração caiu...

A ANÁLISE DO IPEA apontou que enquanto o número de motoristas não para de crescer na última década, a variação da renda média deles tem trajetória de queda. No pico da série histórica, a renda alcançou cerca de R\$ 3.100, mas caiu a R\$ 2.600 em 2017 e depois a pouco menos de R\$ 2.200 em 2021. Em 2022, houve uma melhora no cenário, para R\$ 2.400.

O MESMO ACONTECEU entre os entregadores. Assim como no caso dos motoristas de passageiros, a expansão de entregadores "plataformizáveis" está associada a uma redução da renda média, segundo os pesquisadores.

EM 2015, QUANDO havia apenas 56 mil entregadores na atividade de malote e entregas, a renda média era de R\$ 2.250. Seis anos depois, quando o país contabilizava 366 mil entregadores, a renda média recuou para R\$ 1.650. Em 2022, o patamar foi a cerca de R\$ 1.800.

...e jornada aumentou

ENQUANTO ISSO, a jornada destes profissionais aumenta ano a ano. Enquanto em 2012 21,8% dos motoristas de passageiros autônomos diziam trabalhar de 49 a 60 horas semanais, em 2022 a fatia saltou a 27,3% Contribuição previdenciária

A CONTRIBUIÇÃO previdenciária de motoristas também vai contra a tendência dos demais trabalhadores, tanto os sem carteira quanto os que trabalham por conta própria: enquanto estes passaram a contribuir mais ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), entre os motoristas autônomos o patamar caiu de 47,8% em 2015 para 24,8% em 2023.

O VOLUME DE entregadores que contribuem à **Previdência Social** também despencou, passando de mais de 60% em 2014 para 54,3% em 2016 e indo a pouco menos de 30% em 2020.

O que as empresas dizem

**SOBRE OS DADOS** da pesquisa e o relato de motoristas de aplicativo, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) informou que está analisando os dados divulgados pelo Ipea.

**RESSALTOU. AINDA**, que o levantamento do Cebrap, com base em dados administrativos das empresas, revela que os ganhos de entregadores e motoristas eram de R\$ 3.039 e R\$ 4.756, respectivamente, portanto, maiores que os R\$ 1.800 e R\$ 2.400 citados no estudo do Ipea e acima do valor pago a outros trabalhadores com mesma escolaridade.

**SEGUNDO A ASSOCIAÇÃO**, consideramos positiva a realização de estudos que ratificam a necessidade de um debate sobre inclusão previdenciária. ganhos mínimos para os trabalhadores e preservação da autonomia. pontos que vêm sendo defendidos pela associação na regulamentação do trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos.

# 'Voa Brasil' agora está previsto para junho

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou ontem que o programa de passagens aéreas acessíveis "Voa Brasil" deve ser lançado em junho. Anunciado desde o ano passado pelo governo federal, ele chegou a ser previsto para janeiro deste ano. Na ocasião, o governo divulgou que os primeiros segmentos beneficiados serão os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham até dois salários mínimos e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), cerca de 22 milhões de brasileiros.

- Ele está pronto. A gente estava para apresentar agora, mas, por conta da situação do Rio Grande do Sul, todo o nosso esforço está em atender o estado. A gente espera que, no mês de junho, a gente possa finalizar o programa - disse Costa Filho, em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, da EBC.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Para gastar, poupar ou pagar dívida?

**Leticia Lopes**

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber amanhã a segunda parcela do 13º salário - o abono de fim de ano foi adiantado.

Depositado junto com o benefício referente ao mês de maio, o valor extra no orçamento pode servir para quitar dívidas, realizar um projeto ou economizar.

Luis Guingo, planejador financeiro com certificação internacional CFP pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar), orienta que o primeiro passo deve ser fazer uma análise do orçamento para entender qual uso do dinheiro extra fará mais sentido.

- A ideia é utilizá-lo, principalmente, para conseguir gerar um resultado na sua vida financeira que, só com a sua renda normal, você não conseguiria - explica.

Se a prioridade for colocar o orçamento em ordem, o planejador recomenda que se busquem as melhores condições para quitar dívidas: - Às vezes, os juros são absurdos, e fica uma conta impagável.

Antes de pagar, é bom conversar para renegociar e tentar baixar o valor, ou esperar os feirões que acontecem para pagar com desconto e não se descapitalizar.

## NO CRÉDITO OU NO DÉBITO?

Aproveitar a parcela do 13º para criar uma reserva de emergência pode ser também uma boa ideia. Os recursos poupados servem para solucionar imprevistos.

Para outros, porém, pode ser a chance de adquirir um bem ou fazer melhorias em casa, com equilíbrio nos gastos.

Nesse caso, é melhor pagar no crédito ou no débito?

- Se você tem uma compra dividida sem juros, e um desconto à vista pequeno, vale a pena optar pelo parcelamento, porque você dilui a despesa ao longo dos meses, e o 13º pode ficar rendendo num investimento - aconselha Guingo.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Prorrogação do Perse é sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou sem vetos ontem (22), a lei que muda as regras do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), para o período entre 2024 e 2026. O texto sancionado define o valor de R\$ 15 bilhões como teto de renúncia tributária para beneficiar empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões e que exerçam 30 atividades do setor de eventos.

De acordo com informações do Palácio do Planalto, o setor responde por cerca de 3% do Produto Interno Bruno (**PIB**) do Brasil e emprega 7,5 milhões de pessoas.

"É muito importante a Lei do Perse prosseguir para que a gente consiga resgatar e fortalecer de maneira verdadeira esse setor que emprega tanta gente", reforçou a ministra da Cultura, Margareth Menezes, durante a cerimônia.

Tramitação A lei que reformula o Perse foi aprovada no Senado Federal em 30 de abril, após tramitar na Câmara dos Deputados como uma alternativa à medida provisória (MP) 1202/2023, que propunha o fim do benefício tributário, após suspeita de fraudes. Criado para socorrer o setor durante a pandemia de covid- 19, o Perse oferta benefícios tributários, como a alíquota zero no Imposto de Renda, na Contribuição Social sobre Lucro Líquido, no PIS/Pasep, e na Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

**Site:**

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/stki/#p=1>

# Programa de passagens aéreas será finalizado em junho

Na recente edição do programa Bom Dia, Ministro, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, abordou o adiamento do lançamento do programa Voa Brasil. O programa, inicialmente previsto para ser lançado em janeiro deste ano, teve que ser postergado devido às recentes enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul. Apesar do contratempo, o ministro assegurou que os esforços estão concentrados em finalizar o planejamento e prevê a conclusão para junho.

"O programa está praticamente finalizado. Estamos no processo de fazer ajustes finais com a Casa Civil. A intenção era lançá-lo agora, porém, devido aos eventos no Rio Grande do Sul, estamos dedicando nossos recursos para auxiliar o estado. Assim que a situação estiver sob controle, retomaremos as discussões para concluir o Voa Brasil", explicou Costa Filho durante a entrevista.

O Voa Brasil, uma iniciativa anunciada anteriormente pelo governo federal, visa oferecer passagens aéreas a preços acessíveis a segmentos específicos da população. Os primeiros a serem beneficiados seriam os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) com renda de até dois salários mínimos e os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), impactando aproximadamente 22 milhões de brasileiros.

Além disso, o ministro esclareceu que o programa ainda está em fase de ajustes e não está operacional, portanto, nenhuma inscrição ou pagamento está sendo solicitado pelo ministério. Costa Filho alertou que qualquer comunicação sugerindo a venda de passagens ou inscrições no Voa Brasil deve ser considerada como desinformação. "Quero reiterar que o programa ainda não foi lançado e qualquer anúncio sobre a venda de passagens ou registros é completamente falso", ressaltou.

O ministério também orienta a população a ficar atenta e denunciar qualquer tentativa de fraude relacionada ao programa. Caso alguém receba pedidos de depósito em dinheiro para participar do Voa Brasil, deve reportar imediatamente através dos canais oficiais de atendimento ao usuário. Estes incluem a plataforma online Fala BR (<https://fa-labr.cgu.gov.br/>), o e-mail [ouvidoria@mpor.gov.br](mailto:ouvidoria@mpor.gov.br), ou por telefone, no

número (61) 2029-7169, para garantir que tais práticas sejam investigadas e coibidas.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Lira acena a Lula e dá aval para 2ª fase da reforma tributária

Por Kelly Hekally

A regulamentação da **Reforma Tributária** chega a um novo momento na Câmara com a criação de dois Grupos de Trabalho (GTs), dos quais farão parte três deputados cearenses: Luiz Gastão (PSD), Mauro Benevides (PDT) e Moses Rodrigues (União Brasil). Cada um dos GTs têm sete integrantes. Com a largada, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), sinaliza positivamente ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que conseguiu aprovar no ano passado a primeira fase da reforma. A emenda constitucional 132/23, já promulgada, modifica o Sistema Tributário Nacional. A aprovação foi considerada uma vitória do Palácio do Planalto, uma vez que o tema se arrasta há pelo menos três décadas no Congresso.

Os novos **tributos** - Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre estados e municípios, e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS), ambos de competência federal - são os temas a serem debatidos por um dos grupos. Um segundo grupo vai deliberar sobre o Comitê Gestor do IBS e a distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos. No Congresso, GTs são considerados estratégicos aos presidentes das Casas, uma vez que conseguem criar condições mais relevantes aos parlamentares para negociar as matérias em apreciação. A pauta irá ao Senado caso avance no plenário da Câmara. Se o texto porventura aprovado sofrer alterações, volta para a Câmara. Se mantido, irá à sanção do presidente da República.

"O presidente Lira nos pediu que os trabalhos do GT sejam finalizados no máximo em 60 dias, dentro do prazo do grupo, para que ele possa avançar com a pauta e levá-la ao plenário", afirma o deputado Moses ao Estado CE, complementando que o parlamentar alagoano solicitou que a discussão fosse "feita exaustivamente com todos os setores". A reforma alcança segmentos como indústria, comércio e serviços, além do consumidor. Há, entretanto, previsão de prorrogação dos GTs pelo mesmo período. As análises se darão a partir de dois projetos de lei complementares. Apesar de enviada pelo Ministério da Economia, de Fernando Haddad, uma das proposições, o Projeto de Lei Complementar 68/24 (PLP 68/24), foi articulado junto ao Congresso, a fim de reduzir o tempo de tramitação da proposta, e

chegou à Câmara em abril último. Segundo Moses, o governo enviará o segundo PLP na próxima semana.

Os projetos de autoria do Executivo Federal entram no Congresso pela Câmara, obrigatoriamente. O PLP 68/24 traz regras de operação dos **tributos** criados sobre o consumo, que irão substituir cinco **impostos** após o chamado período de transição, que vai de 2026 a 2033. Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são exemplos das antigas tributações. O deputado Luiz Gastão, que defende que "a pauta da reforma é liderada atualmente pelo Congresso", explica que o objetivo do GT é discutir "incidência e base de cálculo dos **tributos**", por exemplo, e "definir itens que terão alíquotas reduzidas ou isentas, como alimentos da cesta básica".

Acerca de uma das ponderações dos prefeitos com relação às mudanças, o fim do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o parlamentar do PSD defende que as alterações provocadas pela emenda 132/23 trarão uma carga tributária "mais próxima da realidade dos municípios". Gastão diz também que "municípios terão mais condição de fazer projetos de desenvolvimento e conseqüentemente uma melhor gestão". O deputado cita como exemplo a alteração na cobrança origem-destino. "Quando pedimos um Uber, por exemplo, o imposto fica para a cidade onde há sede da plataforma. Com a reforma, a contribuição ficará na cidade do serviço".

Questionado pela reportagem quais setores produtivos seriam mais "sensíveis" ao Ceará e, portanto, mais protegidos em termos de redução de alíquota, Moses responde que "tudo é sensível" e que tarefa é "achar o ponto de equilíbrio para que o debate não seja assoberbado". Encerrado os trabalhos dos GTs, os acordos realizados entre Câmara, Planalto e setores produtivos serão vinculados formalmente aos projetos de lei e encaminhados ao plenário. O calendário é uma prerrogativa de Lira, por presidir a Casa.

(Por Kelly Hekally) e [www.oestadoce.com.br](http://www.oestadoce.com.br)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

**Publicado em 23/05/2024 - 06:48**  
**Agência Brasil - Brasília**

**Por**

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (23) a parcela de maio do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,32. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,18 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 250 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 170 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,59 milhões de famílias estão na regra de proteção em maio. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias inscritas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em junho.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

# Receita libera consulta ao 1º lote de restituição do Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)

A **Receita Federal** libera, nesta quinta-feira (23), a partir das 10h, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2024 .

Neste lote, que é recorde, serão beneficiados 5,6 milhões de contribuintes, sendo que mais de 5,4 milhões terão a devolução do valor do imposto pago a mais no ano passado. O restante é de pessoas que saíram da malha fina de anos anteriores.

A Receita informou que o total a ser pago será de R\$ 9,5 bilhões, maior lote da história. Até então, a quantia mais alta havia sido no ano passado, quando os quatro primeiros lotes repassaram R\$ 7,5 bilhões cada.

O pagamento será feito em 31 de maio, mesmo dia em que acaba o prazo para entrega da declaração na maior parte do país. A exceção fica para os moradores das cidades em calamidade pública no Rio Grande do Sul , que terão até 31 de agosto para enviar os dados.

A consulta para saber se está na lista de restituição é feita no site da Receita, no aplicativo Meu Imposto de Renda (pelo celular ou tablet) ou no portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**). É preciso ter conta nível prata ou ouro no portal gov.br .

Clique aqui para saber como criar a conta e atingir o nível exigido .

Os moradores do Rio Grande do Sul terão prioridade no lote de restituição por conta das chuvas. Eles ficarão na frente dos contribuintes que entregaram o IR usando a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix.

Idosos com 80 anos ou mais

Idosos com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e/ou doença grave

Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério

Contribuintes do Rio Grande do Sul

Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida

e/ou optaram por receber a restituição por Pix

Demais contribuintes

Entre as pessoas que estão no mesmo grupo de beneficiados, o desempate é feito pela data de entrega.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Entre no site de consulta da restituição do IR: <https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/#/>

Informe o número do CPF e a data de nascimento

Em "Exercício", selecione 2024

Clique na captcha "Sou humano" e clique em consultar

Entre no aplicativo e veja no item "Declaração do IRPF" a situação do IRPF 2024

Por questão de segurança, o aplicativo traz uma informação simplificada e disponibiliza as seguintes mensagens

Não entregue: Declaração que ainda não foi entregue

Omisso de entrega da declaração: Contribuinte tem a obrigação de entregar a declaração, mas ainda não enviou

Aguardando processamento: Declaração foi recebida, mas ainda está sendo processada

Com pendências: Declaração tem pendências e está na malha fina

Intimação ou notificação emitida: Declaração está na malha fina e há intimação para apresentação de documentos ou notificação de lançamento para a declaração

Fila de restituição: Declaração foi processada e o

contribuinte terá direito à restituição, que ainda não foi disponibilizada

Processada: Declaração já foi processada pela Receita. Para quem tem imposto a pagar, o sistema mostrará se o pagamento já foi feito

Cancelada: Declaração foi cancelada pelo contribuinte ou por ofício

Entre no site do e-CAC e faça o login no portal gov.br

Clique em Meu Imposto de Renda no menu do lado esquerdo e veja no item "Declaração do IRPF" em "IRPF 2024"

Se houver pendências, vá em "Pendências de malha" que a Receita informará quais correções precisam ser feitas

A correção deve ser feita e o contribuinte precisa enviar uma declaração retificadora. Não há limite para o envio de retificadoras, mas após 31 de maio não será mais possível alterar o modelo de tributação (simplificada ou deduções legais)

Não entregue: Declaração que ainda não foi entregue

Omisso de entrega da declaração: Contribuinte tem a obrigação de entregar a declaração, mas ainda não enviou

Em processamento: É o primeiro estágio da declaração. Indica que ela foi recebida, mas ainda está sendo processada

Em fila de restituição: Declaração já foi processada e o contribuinte terá direito à restituição, que ainda não foi paga

Processada: Declaração foi processada pela Receita, porém ela ainda pode passar por auditoria em até cinco anos. Se houver imposto a pagar ou a restituir, informação é disponibilizada ao clicar em "Processada".

Com pendências: Declaração tem pendências

Em análise: Declaração foi recebida, mas está sob avaliação da Receita, aguardando apresentação de documentos que comprovem os dados enviados

Retificada: Declaração anterior foi substituída pela retificadora

Cancelada: Declaração foi cancelada pelo contribuinte ou pela administração tributária

Tratamento manual: Declaração está sendo analisada

Se aparecer a mensagem "Processada", a declaração ainda pode cair na malha fina. Por isso, é importante consultar o item "Pendências de Malha".

A relação tem apenas contribuintes que constavam na lista de prioridades, sendo que os moradores do Rio Grande do Sul foram incluídos em virtude do desastre climático no estado.

258.877 idosos acima de 80 anos

2.595.933 contribuintes entre 60 e 79 anos

162.902 contribuintes com deficiência ou doença grave

1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério

886.260 contribuintes que moram no Rio Grande do Sul

787.747 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix

Uma a cada cinco pessoas que está no primeiro lote de restituição é do estado de São Paulo. O estado tem 1,4 milhão de contribuintes, que ficarão com mais de R\$ 2,27 bilhões do total. São Paulo é também a unidade federativa com mais declarações entregues até o momento.

Incluídos entre as prioridades em virtude das enchentes, os contribuintes do Rio Grande do Sul estão em segundo lugar, com 870.577, que receberão mais de R\$ 1 bilhão. Segundo os dados da Receita, 85% dos gaúchos que terão direito a restituição já receberão no primeiro lote.

Na outra ponta está o Acre, que terá 20.416 contribuintes com restituição, o menor número do país.

Caso o crédito não seja depositado a partir do dia 31 de maio, o valor ficará disponível para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Neste caso, o contribuinte pode reagendar o depósito dos valores pelo Portal BB ( <https://www.bb.com.br/irpf> ) ou pela Central de Relacionamento BB pelos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades), e 0800-7290088 (exclusivo para deficientes auditivos).

Se o contribuinte não resgatar o valor de sua restituição no prazo de um ano, ele deverá fazer uma solicitação pelo portal e-CAC, acessando o menu Declarações e Demonstrativos Meu Imposto de Renda e clicando em "Solicitar restituição não resgatada na

rede bancária".

Quem não está na lista que será liberada nesta quinta ainda terá mais quatro lotes para receber o imposto pago a mais à Receita em 2023.

O fisco fecha a lista de pagamentos entre os dias 10 e 12 de cada mês. O segundo lote será pago em 28 de junho e a consulta costuma ser liberada uma semana antes.

A relação provavelmente terá apenas contribuintes que estão na ordem de prioridade, como já ocorreu no ano passado. Os outros três lotes serão sempre no último dia útil do mês.

Quem não foi contemplado agora, terá o valor corrigido quando receber. No caso do segundo lote, a Receita pagará 1% a mais da quantia a ser devolvida. Nos meses seguintes, a correção será de 1% e um acréscimo proporcional da taxa Selic, que atualmente está em 10,5% ao ano.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que, em 2023:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/receita-libera-consulta-ao-1o-lote-de-restituicao-do-imposto-de-renda-2024.shtml>**

# INSS libera consulta a 2ª parcela do 13º; veja calendário e quem recebe (Previdência)

Aposentados, pensionistas e demais beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já podem consultar o pagamento da segunda parcela do 13º. A consulta é feita no aplicativo ou site Meu **INSS**.

É possível saber a data de pagamento e o valor a ser depositado pela **Previdência Social**. Nesta segunda parcela, há desconto do Imposto de Renda para quem está obrigado a pagar o tributo.

Neste ano, no entanto, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) isentou do IR quem ganha até dois salários mínimos.

Ao todo, 33,6 milhões de segurados devem receber a renda. A gratificação natalina é liberada junto com o benefício mensal. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R\$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais.

O pagamento é feito conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador. O valor do 13º foi antecipado neste ano, a exemplo do que vem sendo feito desde 2020, com a pandemia de Covid 19.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Por lei, o 13º deve ser pago em agosto e novembro. Mas, neste ano, o pagamento está sendo feito em abril e maio. A liberação dos valores ocorre juntamente com o benefício do mês.

Moradores do Sul vão no dia 24. O **INSS** vai pagar todos benefícios de maio e junho de uma única vez para os segurados dos municípios atingidos pelas chuvas. Eles devem receber o benefício mensal, a segunda parcela do 13º salário e, para quem solicitou, o adiantamento da aposentadoria de junho.

Pelo site:

Acesse [www.meu.inss.gov.br](http://www.meu.inss.gov.br)

Na página inicial, vá em "Entrar com gov.br"

Depois, informe o CPF e clique em "Continuar"

Na página seguinte, digite a senha e vá em "Entrar"

Na página inicial, clique em "Extrato de Pagamento"

É no extrato que estará informado o valor do pagamento mensal (código 101) e o valor do 13º salário (código 104)

Se houver empréstimo consignado, também aparecerá no extrato

É possível gerar o PDF, clicando no final da página em "Baixar PDF"

Pelo aplicativo:

Abra o aplicativo Meu **INSS**

Clique em "Entrar com gov.br"

Informe o CPF e vá em "Continuar", depois, digite sua senha e vá em "Entrar"

Na página inicial, vá em "Extrato de pagamento"

No extrato do mês referente ao pagamento do 13º estará informado o valor do pagamento mensal (código 101) e o valor do 13º salário (código 104)

É possível gerar o PDF, clicando no final da página em "Baixar PDF"

Ao contrário da primeira parcela do 13º, a segunda pode ter desconto do Imposto de Renda, caso o cidadão seja obrigado a pagar o tributo. No entanto, a tabela do IR foi atualizada pelo presidente Lula, e quem recebe até dois salários mínimos não paga imposto.

Além disso, aposentados a partir de 65 anos têm direito a uma isenção extra do IR a partir do mês em que fazem aniversário.

Os pagamentos de benefícios do **INSS** são feitos conforme o mês de competência. A liberação dos valores é feita no final de cada mês e adentra o início do mês seguinte. Por exemplo: a competência de maio começa a ser paga no final de maio e vai até o início de junho.

Para liberar os valores, leva-se em conta o número final do benefício, sem o dígito verificador. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R\$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais, até o teto do **INSS**.

Todos os segurados que recebem um benefício previdenciário têm direito ao pagamento do benefício mensal, na data estipulada por calendário anual do instituto. No caso dos beneficiários do Sul, os valores antecipados serão liberados no dia 24 apenas para os que moram nos municípios em estado de calamidade pública.

Segundo o Ministério da **Previdência Social**, o objetivo é ajudar beneficiários que estejam em dificuldades por causa da situação de calamidade pública nos municípios atingidos por chuvas nos últimos dias.

No caso do 13º, todos os beneficiários recebem, com exceção de quem tem BPC (Benefício de Prestação Continuada) e renda mensal vitalícia. Segurados com direito ao auxílio-doença, chamado de benefício por incapacidade temporária, recebem o valor proporcional.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/inss-libera-consulta-a-2a-parcela-do-13o-veja-calendario-e-quem-recebe.shtml>**

# Senado aprova 30% de cotas

» **ÂNDREA MALCHER** » **MARIA BEATRIZ GIUSTI\***  
*\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza*

O plenário do Senado aprovou ontem, por meio de votação simbólica, o Projeto de Lei 1958/2021, que amplia de 20% para 30% a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas no serviço público. A matéria segue para a análise da Câmara dos Deputados. A lei de cotas no funcionalismo é reavaliada a cada 10 anos pelo Congresso Nacional. A votação desta quarta-feira ocorreu a 20 dias de se encerrar a vigência da norma.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, acompanhou a apreciação do relatório de Humberto Costa (PT-PE). O governo tinha especial interesse na matéria. Se a reserva de vagas não fosse assegurada até 9 de junho, havia risco de o Concurso Nacional Unificado (CNU) ser afetado.

O autor do texto, o senador Paulo Paim (PT-RS), defendeu a medida como uma "política reparatória, compensatória". "Se a maioria dos negros são pobres, é claro que as cotas são também sociais. A política de cotas vai permitir que, com o tempo, nós tenhamos pelo menos 30% de negros no serviço público", pontuou.

Inicialmente, o projeto seguiria da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde foi aprovado em 8 de maio, para a Câmara, em caráter terminativo, isto é, sem a necessidade da análise no plenário do Senado.

Porém, a oposição apresentou um recurso e uma emenda, buscando a mudança do texto, que foi rejeitada.

"Eu insisto em trazer também aqui a conversão dessas cotas em concursos públicos para cotas sociais, que são muito mais justas e atendem aos pobres como um todo, independentemente da cor da pele. A gente sabe que o grande problema que provoca essa desigualdade numa competição como um concurso público ou um vestibular é fruto de uma escola pública fundamental de má qualidade", argumentou o senador Rogério Marinho (PL-RN).

O líder da oposição foi além e disse que a política de cotas acabam por "dividir o Brasil" e que esconde uma falta de qualidade da educação no país. "Nós tínhamos uma política transitória que se torna

definitiva porque o Estado admite que faliu na educação brasileira, porque nós não estamos conseguindo dar à população brasileira, principalmente aos mais pobres, a condição adequada para que eles tenham as ferramentas para evoluir. É uma pauta identitária, que pretende dividir o Brasil em "guetos", criticou Marinho.

A senadora Zenaide Maia (PSD- RN) rebateu os argumentos da oposição e ressaltou as desigualdades entre brancos e pretos no Brasil. "Brancos são mortos por serem brancos? É uma pergunta que não quer calar. São perseguidos por seguranças de lojas porque são brancos? É claro que não.

Há uma hegemonia branca criada pelo racismo que confere, sim, privilégios sociais a um grupo em detrimento do outro. Lutar contra isso é unir a população", frisou.

Pelo texto, quando mais de duas vagas forem oferecidas em um concurso, será aplicada a regra de reserva de 30% das vagas. Aqueles que se inscreverem em cotas estarão concorrendo simultaneamente às vagas de ampla concorrência.

No caso de aprovação nas vagas de ampla concorrência, o candidato não será classificado nas vagas reservadas.

## Autodeclaração

Humberto Costa contemplou, em seu parecer, parâmetros mínimos para o processo de confirmação complementar à autodeclaração, como a padronização de regras em todo o país; o uso de critérios que considerem as características regionais; a garantia de recurso; e a exigência de decisão unânime do colegiado em caso de discordância com a autodeclaração do candidato.

Caso a autodeclaração seja indeferida, o candidato ainda poderá disputar as vagas destinadas à ampla concorrência, exceto se houver indícios de fraude ou má fé, situação em que será excluído do concurso ou, se já tiver sido nomeado para o cargo, terá a sua admissão anulada.

Uma forte mobilização social antecipou a votação da lei de cotas no Senado. Na véspera, mais de 500 grupos de movimentos negros divulgaram carta na qual se posicionam a favor das cotas raciais no serviço público.

As organizações negras defendem que a política de cotas raciais promovam a diversificação do perfil dos **servidores públicos**, de modo a refletir a realidade da população brasileira. O Censo de 2022 do IBGE mostrou, pela primeira vez, um aumento do número de pessoas autodeclaradas negras e pardas, 53,3%, em comparação ao número de autodeclarados brancos, 43,5%.

Segundo o Ministério da Igualdade Racial, o número de servidores concursados negros passou de 92.921 (28%) em 2013 para 112.957 (30%) em 2019. "A pouca diversidade na ocupação desses cargos compromete também a própria política pública, na medida que impossibilita o reconhecimento da população com o serviço público, inviabiliza a diversidade de ideias. Mas é importante dizer que a ausência da política de cotas raciais aprofunda a desigualdade racial brasileira", argumenta Beatriz Lourenço, diretora de Incidência Política do Instituto de Referência Negra Peregum.

» Avança reajuste a policiais federais

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de terça-feira, o Projeto de Lei 1213/24, que reajusta o salário de servidores federais e regulamenta carreiras na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e em agências reguladoras.

Os maiores reajustes contemplam servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal. Os novos valores serão aplicados entre 2024 e 2026. Pela proposta aprovada, um delegado de Polícia Federal em fim de carreira terá uma remuneração de R\$ 41 mil. O texto também fixa normas de remuneração e equivalência de cargos para a Funai e a Agência Nacional de Mineração. A proposta segue para o Senado.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# Câmara aprova reajustes salariais de servidores públicos

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1213/24, do Poder Executivo, que reajusta salários de várias categorias, prevendo reajustes diferentes incorporados ao texto após negociações nas mesas coordenadas pelo Ministério de Gestão, beneficiando principalmente as carreiras de segurança pública.

Os maiores reajustes serão para o policial penal, que chega a 77,15% no fim de carreira (R\$ 20 mil em 2026) e passará a receber na forma de subsídio, ou seja, sem valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial. A PRF terá reajuste de 27,48% no fim de carreira (R\$ 23 mil em 2026) e o delegado da PF, 27,48% (R\$ 41.350,00 em 2026).

Mineração O texto iguala os salários das carreiras da Agência Nacional de Mineração (ANM) aos das demais agências reguladoras ao longo de três anos (2024 a 2026).

Para o cargo de Especialista em Recursos Minerais, por exemplo, de nível superior, o salário máximo em 2023 de R\$ 18.715,75 passa a ser de R\$ 20.401,35 em 2024 e chega a R\$ 22.929,74 em 2026, quando a remuneração é transformada em subsídio. Esses valores são o máximo possível no último padrão da carreira.

**Site:**

**<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=873&edicao=21911>**

# Governo abre crédito extra, mas projeção de déficit piora

ORÇAMENTO A equipe econômica do governo Lula anunciou ontem que abriu um crédito extra no valor de R\$ 15,8 bilhões, o que deu uma folga no limite das despesas e permitiu o desbloqueio de R\$ 2,9 bilhões que haviam sido congelados em março, com o objetivo de respeitar as travas do arcabouço.

Como consequência desse novo crédito, porém, houve uma piora na projeção de rombo nas contas públicas deste ano.

A estimativa de déficit primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida) passou para R\$ 14,5 bilhões (0,17% do PIB) em 2024 - isso sem considerar os gastos extraordinários com a tragédia do Rio Grande do Sul, que não estão sendo contabilizados nas metas fiscais. Caso esses desembolsos fossem computados, a projeção de rombo chegaria a um total de R\$ 27,5 bilhões.

A nova cifra, que consta do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º bimestre, representa uma piora em relação ao documento do primeiro bimestre, quando o governo estimou um saldo negativo de R\$ 9,3 bilhões.

Apesar da piora, o resultado projetado para 2024 ainda segue no intervalo da meta de déficit zero. Isso porque há uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para mais ou para menos, em relação a esse alvo, o que permite um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem que isso seja considerado um desrespeito ao cumprimento da meta.

Questionado sobre o aumento na estimativa de déficit, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que ele é "integralmente" explicado pela abertura do crédito suplementar de R\$ 15,8 bilhões.

Sem esse efeito, afirma Ceron, o rombo teria sido reduzido para cerca de R\$ 1 bilhão. "Se tirasse os R\$ 15 bilhões, o resultado seria perto de zero, muito próximo do centro da meta fiscal", afirmou o secretário.

O destino desses R\$ 15,8 bilhões ainda será definido dentro do governo, afirmaram os técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Eles destacaram, porém, que a prioridade será recompor gastos obrigatórios, que vêm crescendo de forma

acelerada.

Economistas projetam que haja uma subestimação dessas despesas de até R\$ 20 bilhões no Orçamento deste ano, e avaliam que o governo fará um ajuste a conta gotas, para evitar a realização de novos bloqueios.

Além disso, o governo federal também terá de destinar R\$ 4,3 bilhões, desse novo espaço, às emendas de comissão, após a derrubada, pelo Congresso, de um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

E há, ainda, outras pressões dentro do governo. Uma delas vinda do Ministério da Gestão e Inovação, que pleiteia parte desse crédito para um reajuste salarial aos **servidores públicos**. Ceron afirmou, no entanto, ser difícil imaginar que haja espaço para novos gastos, diante da pressão das despesas obrigatórias e da recomposição de outras verbas discricionárias (não obrigatórias) de ministérios.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Haddad: prazo para tributária é "factível"

» **RAFAELA GONÇALVES** » **EVANDRO ÉBOLI**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ser "totalmente factível" o prazo para a aprovação da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, antes do recesso parlamentar, que tem início em 8 de julho.

Ainda está pendente a entrega, pelo governo, do projeto que cria o Comitê Gestor. Segundo o ministro, o texto chegará ao Congresso na próxima semana.

"As duas leis vão substituir os 5.570 sistemas municipais, de 27 estados e o da União", afirmou, em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Haddad rebateu críticas ao patamar da alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que deve ficar em torno de 26,5%. "Vai ser muito menor do que é hoje. Se todo mundo der sua contribuição, a alíquota vai ser menor", frisou. Ele destacou que a única maneira de baixar a alíquota é aumentando a base de arrecadação.

O chefe da equipe econômica avaliou o resultado das contas públicas no quadrimestre e defendeu os ajustes na política fiscal feitos pelo governo. De acordo com ele, com o desempenho recorde da arrecadação no período é possível alcançar a meta de déficit zero. "É um ajuste fiscal que está sendo feito sem doer nas famílias trabalhadoras, empresários que pagam imposto corretamente", sustentou.

Grupo de trabalho Também na Câmara, foi instalado, ontem, o principal grupo de trabalho da regulamentação da **reforma tributária**, que antevê uma forte pressão e um atuante lobby do setor privado e dos diversos segmentos da economia nos 60 dias que vão durar o funcionamento.

Os parlamentares do GT citaram repetidamente o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que garantiu autonomia e independência ao trabalho da equipe, batizada de "G-7 Tributário"

O grupo vai analisar e debater o projeto enviado por Haddad, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), que formam o núcleo da reforma.

O colegiado terá 60 dias para funcionar e apresentar

um relatório.

Não haverá um relator específico, e o texto final deverá ser assinado pelos sete integrantes.

"Quem vai assinar? Pode ser escolhido por letra ou sorteio.

Ou assinam todos", disse Cláudio Cajado (PP-BA), um dos membros.

"O grupo não terá relator nem subrelator. Vamos compartilhar as informações. E se tiver discordâncias, como se trata de matéria técnica, vai prevalecer isso, o que é técnico." Audiências Na próxima terça, começam os trabalhos propriamente ditos, com as primeiras audiências públicas.

Na parte da manhã, será ouvido o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. À tarde, a reunião será com representantes de grandes entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) admitiu que um modelo com "sete relatores não é fácil". O parlamentar elogiou a reunião que o grupo teve com Lira.

"O presidente Arthur Lira nos disse que tem sido procurado pelos setores. "É tributária? Não vou atender. Procurem o GT", nos disse o presidente, que nos deu toda autonomia e só nos recomendou não aumentar a carga tributária", contou Passarinho na instalação.

Moses Rodrigues (União-CE) destacou que o importante é acertar a "calibragem" da regulamentação da reforma. "Essa é a parte mais complicada e difícil.

No mínimo, temos que manter como está", declarou, ao se referir à carga tributária do país.

Lira criou também o GT que vai tratar do projeto de lei relativo ao Comitê Gestor e à distribuição do IBS, também com 60 dias para funcionar. Esse, só será instalado na semana que vem, quando a equipe econômica do governo enviar à Câmara o projeto referente ao tema.

Nesse grupo estão os deputados Vitor Lippi (PSDB-

SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides (PDT-CE), Luiz Carlos Haully (Podemos-PR), Ivan Valente (PSol-SP), Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Programação

Terça-feira

Audiências públicas » Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**

» Representantes de grandes entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>**

# Haddad fala em rever vinculação no Orçamento

VICTORIA ABEL [victocia.abel@bsb.oglobo.corri.br](mailto:victocia.abel@bsb.oglobo.corri.br)  
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou ontem, no Congresso, em rever as regras de vinculações e indexações do Orçamento, ao comentar as dificuldades do país para cumprir uma meta de **inflação** baixa.

Em audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o ministro disse que as vinculações orçamentárias previstas na Constituição podem ser reformuladas para "uma regra melhor": -Uma das questões institucionais é o nosso quadro fiscal no sentido amplo: as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição, aos quais não foram dados os tratamentos adequados até agora. A história da educação é de vinculações e desvinculações. Quem sabe a gente encontre uma regra melhor que essa, para que seja mais respeitada ao longo do tempo, por todos os governos -disse Haddad.

O ministro acrescentou: -É um pacto em torno da educação, saúde e salário-mínimo, que seja sustentável no longo prazo.

As principais vinculações previstas na Constituição são para saúde e educação. Pela regra, ao elaborar o Orçamento, os gastos com essas áreas devem ser, no mínimo, equivalentes a uma proporção das receitas com a arrecadação de **tributos**.

A emenda à Constituição que criou o "teto de gastos" - regra fiscal que limitou o gasto total de um ano à despesa do ano anterior, corrigida pelas pela **inflação** - acabou com essas vinculações. O novo arcabouço fiscal, proposto pela equipe de Haddad e aprovado pelo Congresso no ano passado, trouxe os pisos de volta. Desde então, tem sido um dos pontos do novo conjunto de regras para as receitas e despesas públicas mais criticados por especialistas.

## INDEXAÇÃO AO MÍNIMO

Outro problema frequentemente apontado é a indexação de parte das despesas ao salário-mínimo. E o caso do piso dos benefícios da Previdência. Como o governo Lula retomou a regra que reajusta o salário-mínimo acima da **inflação**, o crescimento de parte dos gastos é automático, enquanto a regra que limita a

despesas agregada espreme os demais itens do Orçamento.

-A Previdência é o mesmo problema. Esse engessamento orçamentário impede a trajetória de crescimento (econômico). Esse assunto deveria ser trabalho como política de Estado, não de governo. Segue com mudança de governo. Não sei se temos ambiente político para isso - disse Haddad, na audiência.

Mexer nas vinculações e nas indexações significaria avançar no ajuste das contas públicas pelo lado da despesa. As declarações de Haddad se somam às da ministra do Planejamento e Orçamento, Si-mone Tebet. Ela tem defendido mudanças na vinculação de gastos e na indexação ao salário-mínimo.

## RELAÇÃO COM O CONGRESSO

Na audiência de ontem, Haddad disse que a relação entre o governo e o Congresso Nacional vai bem. Segundo o ministro, esse relacionamento é importante para ajustar as contas do governo.

- A parceria Legislativo e Executivo está funcionando bem. Quando fazemos um acordo é para ambos saírem satisfeitos. O que teria sido do país se os dois poderes não tivessem sentado à mesa e chegado a uma conclusão. Esse ajuste (fiscal) está sendo feito, com o menor custo social possível. Queremos terminar este ano com contas equilibradas.

Recentemente, Haddad e o Congresso tiveram atritos quando o ministro insistiu em judicializar a desoneração da folha de salários de 17 setores e das prefeituras de cidades menores. Após o clima pesar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Fazenda e parlamentares chegaram a um consenso. Haddad fez questão de destacar o protagonismo da Câmara no debate da **Reforma Tributária**.

"Parede lacrar na rede"

A participação do ministro Fernando Haddad em audiência na Câmara ontem foi marcada por alguns bate-bocas com deputados da oposição. Sobrou até para a cantora americana Madonna.

O deputado Abílio Brunini (PL-MT) perguntou se Haddad era "nega-cionista da economia". Haddad respondeu:

O senhor me chama de negacionista? Eu defendi a vacina o tempo todo. A terra é redonda o tempo todo. Vocês negam que a terra é redonda, vocês negam a vacina, vocês negam que deram o calote em precatório, calote em governador.

Brunini também insinuou que o ministro "gostaria de estar no ministério da Fazenda tocando "BlackBird" (canção dos Beatles que Haddad tocou no violão em uma entrevista na TV, em julho do ano passado)". Haddad disse que "o bolsonarismo tem dificuldade com as artes", quando o parlamentar citou "o show da Madonna".

- Deputado, isso não é problema seu, não vai no show da Madonna, quem gosta vai - disse Haddad.

O deputado Filipe Barros (PL-RS) acusou o governo de maquiar as contas públicas. Haddad reiterou a posição de que o governo Lula pagou um "calote" deixado pelo governo Jair Bolsonaro, numa referência ao adiamento, em 2022, dos pagamentos de precatórios (dívidas do governo reconhecidas pelo Judiciário) e afirmou que "esse déficit, deputado, não é nosso".

Ao deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), Haddad sugeriu "pa-rar de lacrar na rede".

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Grupo da reforma tributária exclui Norte e Centro-Oeste

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

Após quase um mês, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), divulgou a composição dos dois grupos de trabalho que discutirão a regulamentação da **reforma tributária**, mas a falta de deputados do Centro-Oeste e do Norte no colegiado que decidirá sobre a distribuição dos recursos para os Estados levou a críticas de parlamentares destas regiões e pressões para que já ocorram mudanças.

"É preocupante", disse o coordenador da bancada do Mato Grosso do Sul, deputado Vander Loubet (PT-MS). "Não sei qual foi o critério, mas não dá para o Centro-Oeste ficar de fora da discussão e ser prejudicado. Não dá para vir um trator passando por cima da gente", afirmou o petista.

Loubet disse que o Mato Grosso do Sul trabalhou para ajudar a construir uma posição de consenso sobre a reforma e que não pode ser excluído. "Independentemente da questão partidária, não dá para um Estado como o nosso, que fez todo o dever de casa, ser penalizado", declarou.

Coordenador da bancada do Distrito Federal, o deputado Rafael Prudente (MDB) procurou outros coordenadores estaduais e o presidente do seu partido, o deputado Baleia Rossi (SP) - que foi autor da proposta de emenda constitucional (PEC) que originou a reforma - para fazer uma mobilização que amplie o grupo. "Tenho certeza de que teremos a sensibilidade do presidente Arthur Lira para que possa rever essa decisão", disse. "Claro que não podemos ter representante de todos os 27 Estados, mas o trabalho terá mais legitimidade e credibilidade, e isonomia também, se tivera composição de pelo menos todas as regiões do país."

O desbalanceamento ocorreu devido ao método escolhido por Lira para compor os grupos de trabalho e por causa das indicações das siglas: os sete maiores partidos vão participar do primeiro grupo, que cuidará das regras de funcionamento do novo sistema, e o segundo grupo, com os demais partidos/federações, tratará dos critérios para divisão dos recursos entre os Estados e municípios, do funcionamento do comitê-gestor do IBS e das normas para atuação dos Fiscos.

Os partidos não indicaram nenhum deputado do Centro-Oeste e do Norte para este segundo grupo. Serão quatro representantes do Sudeste, dois do Nordeste e um do Sul. No primeiro grupo, há um deputado do Norte - Joaquim Passarinho (PL), do Pará -, mas ele não discutirá as questões relativas à Federação. Este segundo projeto ainda não chegou à Câmara - justamente por divergências entre a União e os entes subnacionais - e a promessa do governo é que isso ocorra na próxima semana.

Lira oficializou nesta quarta-feira em reunião com o primeiro grupo de trabalho que os colegiados não terão nenhum relator ou coordenador e que a intenção é que os sete membros cheguem num acordo sobre os temas para elaborar um parecer sobre o texto, que possui 499 artigos.

A situação, inédita, levará a um inusitado rodízio: por ordem alfabética, cada integrante comandará uma audiência pública. Nos bastidores, essa divisão foi vista por parlamentares como uma forma de o presidente da Câmara ter maior influência sobre o texto, para decidir sobre os assuntos em que houver divergência.

Segundo o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), os sete integrantes do grupo sentarão em reunião fechada após essas audiências públicas para tentar chegar a

um consenso sobre cada tema. O GT apresentará os parâmetros para elaboração de um parecer no plenário, mas não votará um texto nem haverá apresentação de emendas pelos parlamentares. Essa fase ocorrerá no plenário - quando, de fato, for escolhido um relator para negociar.

As primeiras audiências públicas ocorrerão na terça-feira com o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, às 9h, e com as confederações patronais, como CNI e CNC, às 14h.

O roteiro de trabalho será divulgado também na terça-feira, mas a promessa dos parlamentares é realizar quatro audiências públicas por semana, com o objetivo de aprovar o projeto na primeira quinzena de julho, antes do recesso parlamentar.

"Tenho certeza que teremos a sensibilidade de Lira

para reverter" Rafael Prudente

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Câmara instala grupos de trabalho

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, será o primeiro especialista ouvido pelo Grupo de Trabalho de Regulamentação das mudanças no sistema de cobrança de **impostos** do país. Appy vai participar de audiência na próxima terça-feira. A informação foi confirmada pelo deputado federal Claudio Cajado (PP-BA) durante a sessão de instalação do colegiado, ontem, na Câmara.

Ainda de acordo com Cajado, no mesmo dia, no período da tarde, participarão de reunião do grupo entidades como Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), anunciou anteontem a formação de dois grupos. Um deles vai analisar a regulamentação da **reforma tributária** na Casa.

composição. Esse grupo será formado pelos deputados Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE).

O outro colegiado na Câmara vai tratar da atuação do Comitê Gestor do IBS e da distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos e será composto pelos parlamentares Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), Luiz Carlos Haully (Pode-PR), Ivan Valente (Psol-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Promulgação Pendências. A **reforma tributária** foi promulgada em dezembro do ano passado. mas uma série de pendências precisa ser regulamentada por lei complementar. É o caso de alíquotas dos **tributos** e da cesta básica.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Cerveja sem álcool e 'gatorade' devem ter imposto menor que refrigerante (Reforma tributária)

A proposta do governo para regulamentação da **reforma tributária** coloca a cerveja sem álcool fora do alcance do imposto seletivo, destinado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Atualmente, o governo federal tributa cerveja com e sem álcool com IPI, imposto sobre industrializados, de 3,9%. Esse imposto será substituído a partir de 2027 pelo seletivo.

Documento da Secretaria da **Reforma Tributária** diz que o novo imposto será aplicado somente às cervejas de malte que estão na lista do IPI com o código NCM 2203. As sem álcool são classificadas com outro número (código NCM 2202.91.00).

Também estão na lista do seletivo vinhos (NCM 2204), vermutes (NCM 2205), outras bebidas fermentadas, como sidra, hidromel e saquê (NCM 2206) e aguardentes, licores e bebidas como uísque, rum, vodka e gim (NCM 2208). Nesses casos, o IPI varia atualmente de 9,75% a 19,5%.

Entre as não alcoólicas, foram incluídos na lista os refrigerantes, classificados como águas minerais e gaseificadas adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, além das aromatizadas (NCM 2202.10.00). Eles têm IPI de 2,6%.

Ficaram de fora néctar de fruta e bebidas à base de soja, leite e cacau e elaboradas a partir de matérias-primas vegetais, todas no NCM 2202.99.00 e com IPI zero.

Bebidas para praticantes de atividade física (repositores hidroeletrólíticos, como Gatorade), que têm IPI de 2,6%, também estão fora do seletivo.

O novo imposto também vai substituir, a partir de 2029, a tributação adicional que existe no ICMS estadual sobre alguns desses produtos. Nesse caso, o tratamento às cervejas sem álcool varia de acordo com o estado.

O governo também quer colocar na lista do seletivo os veículos mais poluentes, embarcações a motor e aeronaves, fumo, petróleo, gás natural e minério de

ferro.

Como determina a Constituição, as alíquotas serão definidas em outro projeto de lei.

Representantes dos maiores produtores de cerveja do Brasil defendem que as bebidas alcoólicas entrem na lista de produtos que serão tributados a partir de 2027 com o Imposto Seletivo, mas sem que isso leve ao aumento da carga sobre esses produtos.

No caso da cerveja, a carga representa 56% do preço pago pelo consumidor, considerando todos os **impostos** e contribuições.

Pela proposta do setor, pequenos e médios produtores do Simples Nacional de qualquer bebida ficariam livres desse tributo, gerando uma perda de arrecadação que seria compensada pelas demais empresas do setor.

Esse é o posicionamento de uma campanha lançada pelo Sindicerv (Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja), que reúne Ambev, Heineken, Hocus Pocus, Louvada, Therezópolis e Inbepa, empresas que representam mais de 85% do mercado nacional.

A campanha também conta com o apoio de representantes de cervejarias artesanais (Abracerva, Febracerva e Associação Gaúcha de Microcervejarias) e da A prolúpulo (associação dos produtores de lúpulo).

"Defendemos que cada bebida seja tributada de acordo com o volume alcoólico. Esse é um método eficaz, já testado e aprovado em outros países, e que promove a saúde da sociedade com a redução do consumo nocivo de álcool", afirma a entidade.

Segundo a entidade, essa é também a recomendação da OMS (Organização Mundial da Saúde), da OPAS/PAHO (Organização Pan-Americana da Saúde) e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para reduzir o uso abusivo de álcool.

Outra preocupação do setor é a transição dos antigos para os novos **tributos**.

Atualmente, a tributação diferenciada do álcool é feita pelo IPI, imposto federal sobre produtos industrializados, e, principalmente, pelo ICMS estadual.

O IPI sobre o álcool será zerado em 2027. O ICMS será extinto gradualmente até 2033. Por isso, seria necessário calibrar o Imposto Seletivo durante esse período para evitar um aumento de carga nesse período.

Em debate realizado na Câmara dos Deputados sobre o tema neste ano, representantes dos fabricantes de produtos destilados, como uísque e cachaça, defenderam aplicar uma mesma taxa para todas as bebidas alcoólicas, independentemente do teor alcoólico, contrariando a recomendação dessas entidades citadas pelas cervejarias.

Estudo feito pelo tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper e da FGV, mostra que a tributação variável de acordo com o grau alcoólico é utilizada no Reino Unido, na União Europeia, nos EUA, na Austrália e na Nova Zelândia, por exemplo.

A Organização Mundial da Saúde afirma que um imposto maior para bebidas com concentrações mais altas do componente prejudicial à saúde, o álcool, serve como incentivo ao consumo e à fabricação de bebidas com teor menor desse insumo.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/cerveja-sem-alcool-e-gatorade-devem-ter-imposto-menor-que-refrigerante.shtml>**

# Câmara instala grupo que irá elaborar relatório sobre a regulamentação da Reforma Tributária

**Victoria Abel**

A Câmara dos Deputados instalou o grupo de trabalho que analisará o primeiro projeto de lei que regulamenta a **Reforma Tributária**. A proposta já foi entregue pelo governo, é mais ampla, e define a incidência do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), cesta básica, alíquotas reduzidas e imposto seletivo. O GT tem sete membros, definidos pelo presidente Arthur Lira (PP-AL).

Após a análise por esse grupo, o projeto será analisado pelo plenário.

Lira fez a composição do primeiro GT com os maiores partidos da Casa. Cada audiência pública será coordenada por um dos deputados do grupo, por ordem alfabética. A primeira sessão que instalou o grupo foi presidida pelo petista Reginaldo Lopes (MG). Duas audiências estão marcadas para a próxima semana. Na terça, será apresentado o roteiro de trabalho.

Estarão no GT que analisará o primeiro projeto: Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE).

- Não vai ter um relator ou um subrelatores, vamos compartilhar as decisões de forma uníssona. Se houver discordâncias, vamos exaurir o debate dentro do grupo e facilitar o debate também no plenário. Quem vai assinar o parecer ao final, isso ainda será definido. Pode ser eu, Reginaldo, pode ser todos. Isso tem menor importância - disse Claudio Cajado, que também foi relator do arcabouço fiscal.

O IVA (Imposto sobre Valor Agregado), criado a partir da **reforma tributária**, unifica cinco **impostos** sobre consumo existentes hoje: PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Após a cobrança no destino, o IVA se separa em CBS, para o governo federal, e IBS, para governos locais.

O segundo projeto de lei complementar vai trazer detalhes da formação do Comitê Gestor e a transição

na distribuição da receita para os estados e municípios, além de questões relativas ao contencioso administrativo. Participarão da análise deste texto: Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), Luiz Carlos Haully (Pode-PR), Ivan Valente (Psol-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/23/camara-instala-grupo-que-ira-elaborar-relatorio-sobre-a-regulamentacao-da-reforma-tributaria.ghtml>

# Haddad se equilibra na taxaço de importados

» **RAFAELA GONÇALVES**

Longe de um consenso, a Câmara dos Deputados adiou, mais uma vez, ontem, a votação do projeto que pode impor um novo Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. O adiamento se deu a pedido do governo. O tema é alvo de divergências tanto na base governista quanto na oposição.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), chegou a falar, em grupos de deputados no WhatsApp, que a matéria era prioridade da pauta do dia e que o presidente Lula havia orientado contra a cobrança, mas, à noite, as divergências inviabilizaram a votação.

Mais cedo, o dispositivo foi tema de um bate-boca entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e deputados bolsonaristas, em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação. O chefe de equipe econômica tentou se esquivar do assunto dizendo que ainda não havia orientação e que "essa não é uma proposta do governo". O deputado Kim Kataguiri (União-SP) foi um que questionou o ministro sobre a intenção de aumentar a arrecadação por meio da elevação de **impostos**. Kim apontou ainda para uma suposta briga entre deputados do PT e o Planalto sobre o imposto.

O ministro acusou o deputado de uma tentativa de "ideologizar" a discussão e o desafiou a criticar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas por cobrar **tributos** sobre as compras por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Por enquanto, o ICMS é o único tributo incidente sobre as compras de até US\$ 50. "O deputado Kim não sabe que o ICMS é um imposto estadual?", indagou Haddad. O ministro provocou o parlamentar, dizendo: "O senhor vai criticar publicamente os governadores que o senhor apoia?"

Não. Não fará isso. Pega o microfone e fala mal do Tarcísio. Vamos lá. Coragem, deputado", ironizou.

O ministro defendeu a alíquota cobrada pelos estados, instituída pelo Remessa Conforme.

Haddad reconheceu as queixas da indústria nacional e

demonstrou preocupação com as tratativas no âmbito do projeto que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

"Há muita preocupação, evidentemente, há preocupação com opinião pública, preocupação com os empregos do comércio local. E, na minha opinião pessoal, venda é venda, seja local ou internacional. Ela tem que ser isonômica, é o meu entendimento", disse.

O ministro afirmou que o Legislativo tem toda a legitimidade de disciplinar sobre o tema e defendeu um entendimento entre os Três Poderes para resolver a situação. A medida é considerada impopular por deputados, preocupados com a proximidade das eleições municipais. Por outro lado, a taxaço é vista como necessária para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional.

Entidades ligadas ao comércio e à indústria têm pressionado o governo para taxar as compras on-line desde o ano passado. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a manutenção da isenção provoca perda de empregos e prejuízo à indústria nacional.

Caso o projeto de lei seja aprovado, todas as compras internacionais passarão a ser taxadas.

Plataformas como Shopee, AliExpress e Shein terão que cobrar mais caro pelos produtos vendidos. As varejistas chinesas alegam que uma tributação sobre as remessas internacionais tendem a prejudicar as classes C, D e E, que representam 90% dos compradores.

Efeito RS Haddad disse **temer** que os gastos emergenciais com a tragédia climática no Rio Grande do Sul sejam usados como argumento para um aperto monetário.

Na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu o ritmo do corte da taxa básica de juros (Selic) a 0,25 ponto percentual, atualmente em 10,5%.

Para o chefe da equipe econômica, o patamar ainda é restritivo.

"Eu fico com muito medo de usarem a tragédia no Rio Grande do Sul, que tem que ser enfrentada, como um argumento que deveria ser usado às avessas.

Sempre quando você tem um choque de oferta, você muitas vezes é obrigado a relaxar a política monetária e não piorar a situação", disse.

O ministro demonstrou preocupação com o impacto da tragédia nos resultados do terceiro bimestre.

"Não sei o que vem de lá, mas penso que as medidas que o governo federal está tomando, eu acredito em uma recuperação mais rápida que os analistas em geral estão divulgando", afirmou o Haddad, que confessou que, desde o início da crise, tem dormido menos.

Ele salientou que a questão fiscal e monetária são um debate técnico entre o Tesouro Nacional e o Banco Central e afirmou que há um "coro velado de que a **inflação** está alta". "Mas a **inflação** atual é uma das mais baixas da nossa história. Do Plano Real para cá, pegue os anos em que a **inflação** foi menor do que 4%, são raros os anos", justificou, ao criticar "ruídos" em torno do desempenho da economia: "Se a política fiscal e monetária se combinarem, vamos crescer tranquilamente, sem **inflação**."

"Eu fico com muito medo de usarem a tragédia no Rio Grande do Sul, que tem que ser enfrentada, como um argumento que deveria ser usado às avessas.

Sempre quando você tem um choque de oferta, você muitas vezes é obrigado a relaxar a política monetária e não piorar a situação" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:**

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# Trabalhadores e empresas se unem pelo fim da isenção do imposto de importação - COMÉRCIO EM PAUTA

Uma nota pública dirigida à Câmara dos Deputados pelas centrais sindicais de trabalhadores e pelas confederações empresariais aponta que a manutenção da isenção do imposto de importação para produtos até 50 dólares é prejudicial para a economia.

A nota é assinada pelas Confederações Nacionais do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Indústria (CNI) e da Agricultura (CNA), bem como pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Força Sindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores, Central dos Sindicatos Brasileiros, IndustriALL Global Union, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e União Geral dos Trabalhadores.

A nota salienta que "a injustificável desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até 50 dólares, via plataformas de comércio eletrônico, destrói empregos no Brasil. É impossível que a indústria e o comércio nacionais paguem em média 45% de **impostos** sobre o consumo (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS), embutidos nos seus preços, e concorram com produtos importados que pagam apenas 17% de ICMS e nada em **tributos** federais dentro do Remessa Conforme".

A CNC apoia o projeto substitutivo do relator, deputado Atila Lira (PP--PI), que revoga a isenção do imposto de importação em remessas de até 50 dólares. A medida proposta visa equalizar a carga tributária entre produtos importados e nacionais, promovendo justiça fiscal e protegendo o mercado interno.

## SESC MOBILIZA PARCEIROS INSTITUCIONAIS EM APOIO AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL

O Sesc mobilizou uma grande rede de solidariedade em todo o País para apoiar o Estado do Rio Grande do Sul, que sofre com enchentes desde o mês de abril, registrando milhares de pessoas desabrigadas.

Por meio do programa Sesc Mesa Brasil, é realizada uma articulação com parceiros institucionais, que colaboram na arrecadação de doações e logística de entregas. A Global Food Banking NetWork (GFN),

parceiro internacional do programa, destinou US\$ 25 mil para aquisição de alimentos e produtos de necessidade.

A Abimapi e o Instituto Renner mobilizaram suas redes de parceiros para encaminhamento de doações ao Sesc Mesa Brasil, com apoio logístico. A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad) e o Pacto Global divulgam a campanha de arrecadação de recursos financeiros feita por meio do PIX do Sesc no Rio Grande do Sul.

Além disso, entidades do Sistema Comércio em todo o País participam com campanhas e doações. Até o momento, foram arrecadados mais de R\$8 milhões.

## SENAC E OIT TRABALHAM JUNTOS PARA APRIMORAR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Departamento Nacional do Senac e o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho (OIT/Cinterfor) estão renovando o acordo de cooperação entre as duas instituições.

A parceria vai permitir explorar temas chave como Inteligência Artificial na formação profissional, os impactos da automação nos empregos gerados no comércio e serviços, entre outros.

Esse acordo foi firmado em 2018, prevendo iniciativas voltadas para o intercâmbio de experiências, o desenvolvimento de metodologias pedagógicas modernas e a capacitação de equipes de educação profissional.

Um dos resultados desse trabalho conjunto entre o Senac e o Cinterfor é o desenvolvimento da plataforma Cubus, um espaço de compartilhamento de processos pedagógicos, com especial atenção ao desenvolvimento de competências transversais no âmbito das formações profissional e tecnológica.

Sediado em Montevidéu, no Uruguai, o Cinterfor tem

60 anos de atuação dedicada ao fortalecimento de competências laborais e à difusão de conhecimentos na área de educação para o trabalho.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Para obter déficit zero são necessários R\$ 168 bi

O Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas manteve as projeções divulgadas em março para a obtenção de receitas extras pelo governo.

Para cumprir a meta de resultado primário zero, o governo precisa de R\$ 168 bilhões para este ano. O relatório prevê a obtenção de R\$ 168,33 bilhões, apesar de o governo ter fechado acordo para manter a desoneração da folha de pagamentos até o fim do ano e cedido em pontos como a prorrogação do Perse, programa para ajuda a empresas de turismo e eventos.

Segundo o secretário- -executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a aprovação da Medida Provisória 1.202, editada no fim do ano passado, ajudará o governo a cumprir as metas fiscais. Embora o texto original tenha sido desidratado, a medida prevê limitação às compensações tributárias (descontos em pagamentos de **tributos**) em R\$ 24 bilhões, o que ajudou o governo a obter receitas para cobrir a alteração de medidas pelo Congresso.

Outra medida importante, ressaltou o secretário- -executivo da Fazenda, serão as compensações para compensar a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim do ano. Na terça-feira (21), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas serão definidas ainda esta semana.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-23-05-2024/>

# Haddad diz que inflação está controlada

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, em Brasília, que a economia brasileira está gerando empregos com baixa **inflação** e que os ruídos sobre a política econômica do governo "vão desaparecer porque foram patrocinados, não são reais". "Tem interesses por trás disso", disse, destacando que os principais indicadores de **inflação** e desemprego estão positivos.

"A impressão que dá é que tem um fantasma fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento", acrescentou.

Haddad participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à sua pasta.

"Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados.

Porque estamos com baixa **inflação**, o rendimento do trabalho subiu no ano passado e isso não gerou **inflação**", disse Haddad. Ele lembrou que o déficit de R\$ 230 bilhões registrado nas contas públicas em 2023 foi uma herança do governo anterior e que, a partir deste ano, poderá ser cobrado, pois o orçamento de 2024 já foi construído pelo governo atual.

"Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores, no empresário que paga seus **impostos** corretamente, sem prejudicar programas sociais importantes, contratos sociais já estabelecidos.

Estamos fazendo um caminho mais difícil, pois exigem vários pequenos ajustes, que, somados, vão resolver nosso problema fiscal", declarou o ministro.

Ele afirmou que a relação entre o Executivo e Legislativo está indo bem e agradeceu os parlamentares aprovação de medidas econômicas. Segundo ele, o ajuste econômico do governo passa pelo corte de gasto tributário, de benefícios fiscais, para que pessoas e setores que não pagavam **impostos** passem a pagar.

Juros - Haddad defendeu a harmonia das políticas monetária e fiscal e elogiou o trabalho do Banco Central (BC) para o controle da **inflação** nos últimos anos. Por outro lado, lembrou que a taxa de juros real do Brasil ainda é muito restritiva. Na última reunião, neste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do

BC reduziu a taxa básica de juros, a Selic, para 10,5%.

Os membros do colegiado, entretanto, mostraram preocupação com as expectativas de **inflação** acima da meta e, "em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente", não preveem novos cortes na taxa Selic.

"Hoje, nós estamos com uma taxa de juro de 10,5% para uma **inflação** projetada para o ano de 3,70%. Diminui 10,5% de 3,70%. Veja em que altura está andando o juro real no Brasil. Nós estamos andando num campo muito restritivo de política monetária", assegurou Haddad, rebatendo a análise de que a **inflação** esteja desancorada.

Em abril deste ano, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a **inflação** do país - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - foi a 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). Em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

Tolerância - Apesar de estar dentro do intervalo de tolerância, as expectativas de **inflação** ainda se encontram acima da meta estabelecida pelo Banco Central, que, junto com a elevação da dívida pública, alimentam a incerteza entre os agentes econômicos. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"Os núcleos (de **inflação**) estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima. Uma meta para um país com as condições do Brasil de 3% é um negócio inimaginável", disse Haddad, reafirmando o controle da **inflação**, mas defendendo que haja uma discussão mais profunda sobre o tema, com regras de vinculação fiscal sustentáveis no tempo.

"Se o Brasil está com dificuldade de cumprir uma meta mais baixa, se a **inflação** fica insensível à taxa de juro, nós temos que pensar as condições institucionais do País, por que ela está resistente? Tem uma dimensão institucional. E uma das questões institucionais é o nosso quadro fiscal, no sentido amplo, as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição aos quais não foram dados os tratamentos adequados até agora, na minha opinião", avaliou.

"Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito

sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores e no empresário"

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-23-05-2024/>

# Governo Federal reverte bloqueio no orçamento

Ministro disse que medidas para prorrogar desoneração da folha precisam do aval de Lula

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram, ontem (22), a reversão do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. Com a liberação do montante, o limite de gastos de arcabouço ainda tem folga de R\$ 2,5 bilhões de acordo com o documento. O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre também revisou a estimativa de déficit primário de 2024 de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões.

A meta de resultado primário do Governo Central deste ano é de resultado neutro, de 0% do Produto Interno Bruto (**PIB**), conforme estabelecido pelo novo arcabouço fiscal. O Orçamento proposto pelo governo previa um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões.

O governo já trabalhava com a possibilidade de reverter ao menos parte do bloqueio, por causa da abertura de crédito de R\$ 15,8 bilhões, que teve aval do Congresso.

A projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano subiu de R\$ 2,688 trilhões para R\$ 2,704 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida - livre de transferências para os governos regionais - passou de R\$ 2,175 trilhões para R\$ 2,181 trilhões neste ano.

Do lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em 2024 saltou de R\$ 2,184 trilhões para R\$ 2,209 trilhões. Com as revisões deste relatório, o volume de gastos obrigatórios passou de R\$ 1,980 trilhão para R\$ 2,000 trilhão, enquanto as despesas discricionárias variaram de R\$ 204,4 bilhões para R\$ 208,8 bilhões neste ano.

Desoneração Fernando Haddad ainda disse que o anúncio das medidas elaboradas pela equipe econômica para compensar a perda arrecadatória com a prorrogação da desoneração da folha dos 17 setores e dos municípios em 2024 precisa ainda do aval do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. "Depende um pouco do presidente." Taxação O ministro também revelou, ontem (22), que o governo não tomou posição no debate sobre a taxa de compras internacionais de até US\$ 50, incluída no

projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que trata de incentivos ao setor automotivo. O chefe da equipe econômica foi questionado sobre o assunto após participar de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara Federal.

O debate gerou bate-boca entre parlamentares e o ministro. O deputado Kim Kataguiri (União Brasil- SP) questionou a linha do PT de aumentar a arrecadação por meio de alta de **tributos**. Em resposta, o ministro afirmou que Kim Kataguiri está tentando "ideologizar" o debate.

**Site:**

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/stki/#p=1>

# Em ata, Fed indica que pode haver novo aumento dos juros

**I GABRIEL TASSI LARA, GABRIEL BUENO, LAÍS ADRIANA E MATHEUS ANDRADE (ESPECIAL PARA O "ESTADÃO/BROADCAST"), E DENISE ABARCA/ COM INFORMAÇÕES DA ASSOCIATED PRESS**

Ata da última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) mostra que dirigentes da autoridade monetária mencionaram a disposição de aumentar ainda mais a taxa básica de juros - que hoje está em 5,25% e 5,50%, a maior em 23 anos -, caso haja risco de uma nova alta da **inflação**.

Com isso, o mercado passou a considerar mais provável haver apenas um corte de juros neste ano, embora as apostas estejam divididas - a probabilidade de não haver redução em 2024 subiu de 10,3% para 12,1%, de acordo com a plataforma de monitoramento do CME Group, que captou a mudança no humor do mercado após a divulgação da ata da autoridade monetária.

Conforme a ferramenta, 36,6% dos especialistas dizem acreditar na probabilidade de o Fed reduzir a taxa básica em 0,25 ponto porcentual em 2024, ligeiramente à frente da possibilidade de corte de 0,50 ponto porcentual, que aparece com 36,4%. Antes da divulgação da ata, ontem, a hipótese de um relaxamento agressivo emergiu com vantagem. O mercado ainda vê com mais força um primeiro relaxamento monetário em setembro, mas o cenário também perdeu fôlego.

No Brasil, o mercado reagiu mal à ata do Fed. O Ibovespa, principal índice da Bolsa, recuou 1,38%, aos 125.650 pontos, ontem. O dólar avançou 0,77% e fechou cotado a R\$ 5,15.

**RESTRIÇÃO.** Segundo a ata, os dirigentes do Fed concordaram que não seria apropriado reduzir as taxas básicas até que a autoridade monetária tenha maior confiança de que a **inflação** está se movendo de forma sustentável em direção à meta 2% ao ano.

Dirigentes do Fed disseram ainda, durante a reunião que ocorreu entre os dias 30 de abril e 1.º deste mês, que não tinham certeza do quão restritivas são as políticas tarifárias atualmente impostas pelo órgão. "(As altas taxas de juros) podem estar tendo efeitos menores (sobre a **inflação**) do que no passado", diz a ata.

Conforme especialistas, as preocupações levantadas durante a reunião podem sugerir que o Fed considera aumentar em vez de cortar a taxa de referência nos próximos meses.

De acordo com a ata, alguns dirigentes "mencionaram a vontade" de aumentá-las caso a **inflação** acelere.

Logo após a reunião do começo do mês, o presidente do Fed, Jerome Powell, disse que era "improvável" que a autoridade monetária voltasse a elevar a taxa de juros - uma observação que impulsionou o mercado financeiro na ocasião.

Na ata, o Fed reconheceu que o ritmo de queda da **inflação** ficou estagnado nos três primeiros meses do ano. Após um pico de 7,1% em 2022, a **inflação** medida pelo indicador de preços preferido pelo Fed para decidir sobre a taxa de juros abrandou de forma constante durante a maior parte de 2023.

**INFLAÇÃO.** Excluindo os custos voláteis dos alimentos e da energia, os preços subiram a uma taxa anual de 4,4% nos primeiros três meses deste ano, de acordo com a medida do Fed, superior ao ritmo de 1,6% registrado em dezembro.

A aceleração dos preços fez diminuir as esperanças de que o Fed conseguiria cortar os juros nos próximos meses e fazer o que avalia como uma "aterrissagem suave", em que a **inflação** cairia para 2% ao ano e uma recessão seria evitada.

Os dirigentes da autoridade monetária americana disseram durante a reunião que os indicadores recentes sugerem que a atividade econômica segue se expandindo em um ritmo sólido. Por sua vez, o crescimento real do **PIB** no primeiro trimestre arrefeceu em relação ao segundo semestre do ano passado, com as taxas de juro elevadas parecendo pesar sobre as compras de bens de consumo duradouros.

A ata divulgada ontem diz que os dirigentes reconhecem a ausência de progresso na desinflação no primeiro trimestre deste ano, e estão alertas para o avanço nos preços, que segue excessivamente incerto.

Eles identificaram ainda avanço no núcleo de serviços, com exceção de moradias, e isto deve mantê-los "muito atentos aos riscos de inflação".

"(As altas taxas de juros) podem estar tendo efeitos menores (sobre a inflação) do que no passado"  
Trecho de ata da última reunião do Fed

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Haddad fala em "ruídos" e chama de "inimaginável" meta de inflação de 3%

*Estevão Taiar e Gabriela Pereira*

A meta atual de **inflação**, de 3%, é "exigentíssima" e "inimaginável", disse na quarta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A afirmação foi feita em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara. O ministro também disse que surgiram ruídos "patrocinados" na economia brasileira ao longo do último mês. Ele não detalhou quem estaria por trás desses ruídos, mas defendeu a continuação de um "diálogo profícuo" entre técnicos da pasta e do Banco Central (BC).

"Os núcleos estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima", disse, referindo-se às medidas de **inflação** que excluem itens com preços mais voláteis. "Uma meta, para um país com as condições do Brasil, de 3% de **inflação** é um negócio inimaginável. Desde que o regime de metas foi instituído, quantas vezes o Brasil teve 3% de **inflação**? Quantos anos isso aconteceu nos 25 anos do regime de metas?"

A meta de 3% foi estabelecida pela primeira vez para este ano, ainda em 2021, já que o Conselho Monetário Nacional (CMN) precisa decidir sobre o tema com três anos de antecedência. No ano passado, o CMN, do qual Haddad faz parte, também optou por unanimidade pela manutenção da meta de 3% em 2026. De 1980 para cá, a **inflação** só terminou abaixo de 3% duas vezes: 1998 (1,65%) e 2017 (2,95%).

Na sequência, ele afirmou que tem "a impressão" de que existe "um fantasma fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento".

"Não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo", disse minutos depois. "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Nós estamos gerando emprego com baixa **inflação**. O rendimento do trabalho aumentou no ano passado, mas não gerou **inflação**. Eu acredito piamente que, se continuar existindo um diálogo profícuo e respeitoso entre os técnicos do Tesouro e do Banco Central em proveito de uma agenda sustentável, todos vamos ganhar com isso."

Segundo Haddad, esses ruídos surgiram "de um mês para cá".

"Eles vão desaparecer porque são patrocinados, não são reais. Tem interesse por trás disso, e nós ficamos fingindo que não existe", disse. Segundo Haddad, justamente o que o Ministério da Fazenda previa "está acontecendo do ponto de vista de crescimento, **inflação**, emprego, fiscal".

Na área fiscal, o ministro afirmou que "temos um desafio em relação ao arcabouço, que são as vinculações" de despesas, como os pisos de gastos com educação e saúde e as despesas atreladas ao salário mínimo. Ele defendeu a adoção de "uma regra melhor" do que a atual "para que ela seja mais respeitada por todos os governos".

"[Seria] um pacto em torno de educação, saúde e salário mínimo que seja sustentável no longo prazo e não que dure em um governo progressista para ser desfeito em um governo conservador", disse.

Haddad ainda afirmou que tem dormido "menos" desde as enchentes no Rio Grande do Sul, relatando que "o terceiro bimestre está me preocupando um pouco" por causa dos impactos econômicos e fiscais das enchentes. Mas disse que acredita que a recuperação econômica do Estado começará "neste ano e rapidamente".

Ele disse ainda que as vinculações são um desafio para o arcabouço. "Nós sabemos que tem uma questão de médio prazo de como compatibilizar esses vários interesses legítimos", disse. Segundo o ministro, a equipe econômica está estudando a melhor forma de estruturar isso. "Está no nosso radar."

A audiência foi marcada ainda por alguns momentos de embates entre o ministro e os poucos congressistas da oposição presentes. O deputado Filipe Barros (PL-PR) apresentou, por exemplo, um gráfico com a trajetória do déficit primário acumulado em 12 meses do governo para afirmar que "as contas públicas estão completamente descontroladas". Haddad rebateu, dizendo que os números apresentados levavam em conta a quitação, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, do "calote" de R\$ 90 bilhões dado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no pagamento de precatórios.

"Esse ruído não está fazendo bem para a economia

brasileira" Fernando Haddad

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Juros e dólar sobem com Haddad e Fed

**Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Roca De São Paulo**

Ruídos em torno de declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre juros e meta fiscal, e a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), lida pelo mercado como conservadora, exerceram forte pressão sobre os ativos locais na sessão de ontem, resultando em performance amplamente negativa.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 saltou de 11,005% para 11,145% e a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,495% para 11,62%. O Ibo-vespa recuou 1,38%, aos 125.650 pontos, e o dólar avançou 0,78% ante o real, cotado a R\$5,1563.

Os juros globais já vinham pressionados desde a abertura dos negócios, reduzindo o apetite por risco nos demais mercados, diante de uma leitura de **inflação** pior do que a estimada por economistas no Reino Unido. No entanto, houve piora considerável durante a tarde, em movimento que coincidiu com a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve, considerada "hawkish"(dura) pelo mercado.

Para o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, o sentimento de cautela penalizou os preços das commodities, que têm peso importante no cenário doméstico. "Não vimos nenhum indicador econômico que justificasse essa desvalorização. Então, me parece estar mais atrelada à percepção de que o Fed pode sinalizar que o ciclo de corte de juros tende a demorar mais, portanto, vai ser necessário desacelerar mais a economia americana", afirma.

O executivo avalia ainda que as incertezas em torno dos próximos passos do Comitê de Política Monetária (Copom) e os debates fiscais também têm condicionado a performance dos ativos locais.

"O que percebemos é que, nos momentos em que o cenário externo está tranquilo e aqui não tem outro catalisador, o real performa melhor do que a média dos emergentes porque temos um prêmio na curva de juros que é bastante atraente para o estrangeiro", diz. "Por outro lado, quando há aversão a risco, vemos o real perder mais que os pares, justamente porque os ruídos locais acabam afastando o investidor estrangeiro." Nessa linha, agentes avaliaram também

as declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dadas à comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados. O ministro classificou a meta de **inflação** de 3% no país como "inimaginável" e "exigentíssima". Vale ressaltar que os comentários foram feitos enquanto Haddad elogiava a trajetória da **inflação** corrente no Brasil e dizia que, mesmo a meta sendo de difícil cumprimento, o objetivo vinha sendo bem sucedido.

As declarações de Haddad circularam nas mesas de operação e também acabaram influenciando os preços. Em grupos privados de economistas, uma enquete informal registrou que o "ponto focal" a ser perseguido pelo próximo Banco Central seria uma **inflação** de 4% e, portanto, ainda mais distante do centro da meta (3%) e do nível atual das expectativas de **inflação** do Focus para 2025 (3,74%).

"O ministro minimizou a deterioração da trajetória fiscal, falou sobre a dificuldade de atingir o centro da meta de **inflação** e negou que os diretores nomeados do Banco Central tenham uma postura "dovish". Embora esses pontos fossem justos, o mercado entendeu que não era o momento nem a audiência para discutir um assunto tão delicado", aponta o trader de um banco local.

Segundo o mercado de opções digitais de Copom, há 72% de probabilidade de o BC interromper os cortes de juros na reunião de junho, contra 25,5% de chance de um corte de 0,25 ponto.

"É um cenário ingrato. O gatilho de alta da bolsa por queda adicional dos juros no Brasil foi no mínimo postergado, o que nos deixa ainda mais dependentes do exterior, para cima ou para baixo", opina Fernando Fontoura, gestor da Persevera Asset Management. "A temporada de balanços não foi ruim, mas não foi boa o suficiente para voltar a trazer fluxo." O executivo nota que as ações da Petrobras, que ajudaram a sustentar o índice nas últimas semanas, pioraram após a troca de CEO e com a queda do petróleo; Vale, por sua vez, parece ter perspectivas um pouco melhores, em linha com o sentimento do mercado em relação à China, mas não consegue segurar o mercado por si só; e as domésticas seguem dependentes do cenário de juros. "Estamos mais conservadores." Em nota a clientes, estrategistas e economistas do Deutsche Bank apontaram que olhando para os fundamentos, o real se mostra mais atrativo do que os juros brasileiros. "O principal obstáculo - tal como em ciclos viciosos anteriores - tem sido a saída de capital. Na realidade,

tais saídas atingiram máximas históricas nos últimos meses, enquanto exportadores mantiveram um nível de dólares recorde em reservas no exterior".

Dados do Banco Central sobre o fluxo cambial mostraram que por mais uma semana houve saída de capital do país. No período entre os dias 13 a 17 de maio, houve fluxo negativo de US\$ 745 milhões, resultado da saída de US\$ 650 milhões via conta financeira e de US\$ 95 milhões via comercial.

0, 78% foi a alta do dólar, que encerrou a R\$5,1563

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Ministro assusta mercado no monetário, mas acerta no fiscal

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assustou os mercados financeiros com a afirmação de que "tem um fantasma" e um "coro velado" dizendo que a **inflação** está muito alta, contribuindo para a pressão nos juros negociados em mercado e para a alta na cotação do dólar.

Mas, ao longo de horas de depoimento na Câmara dos Deputados, ele fez um dos seus melhores diagnósticos sobre como - na sua linguagem - "harmonizar" a política monetária e fiscal. São necessárias reformas nas instituições fiscais, como a vinculação constitucional de receitas, para aumentar a potência da política monetária e levar a **inflação** para a meta, definida em 3%.

As declarações de Haddad assustaram porque, ultimamente, o mercado está arisco com a possibilidade de interferência política no Banco Central, depois que os quatro membros indicados pelo governo Lula deram votos dissidentes para uma baixa mais forte de juros em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorrida há duas semanas.

Ministros da Fazenda sempre causam estragos quando falam sobre assuntos do BC. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando Paulo Guedes defendeu a venda de reservas cambiais. Haddad está mais no foco porque, provavelmente, será consultado para a escolha de três novos membros do BC, incluindo o presidente.

Haddad tem razão quando diz que o esforço desinflacionário em 2023 foi maior do que aparenta, porque o governo Bolsonaro provocou uma queda artificial e temporária de tarifas de energia com o corte de **impostos**. Mas daí a concluir que a **inflação** está baixa e totalmente sob controle vai uma grande distância.

No ano passado, os índices de **inflação** caíram além do esperado graças à queda de preços internacionais, como bens industriais e petróleo. A baixa do IPCA cheio levou a uma inércia positiva, que desacelerou os reajustes de preços de serviços. Tudo isso levou a **inflação** para 3,69% nos 12 meses até abril.

Esse efeito já passou. O mercado acha que, neste ano

e no próximo, a **inflação** ficará praticamente estável, sem ir para a meta de 3%. O BC se vê às voltas com uma economia e um mercado de trabalho mais aquecidos que o esperado, com juros internacionais mais altos, aumento de incertezas fiscais e desancoragem das expectativas de **inflação**.

Haddad fez o que, talvez, foi o seu melhor diagnóstico sobre como o fiscal pode ajudar a baixar **inflação**. Em outras vezes, ele deu ênfase na importância de cortar o juro para sustentar a economia e a arrecadação. O discurso dava a impressão de que o fiscal dominaria o monetário. Ontem, ele disse que o plano, desde o início do governo, é reduzir a expansão fiscal para substituí-la pela expansão monetária.

O mais importante, porém, foi o seu diagnóstico mais estrutural. "Se o Brasil está com dificuldade de cumprir uma meta mais baixa, e se a **inflação** fica insensível à taxa de juro, nós temos que pensar nas condições institucionais do país", disse. "É o nosso quadro fiscal no sentido amplo, as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição, aos quais não foram dados os tratamentos adequados."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Corte começa a julgar incidência de juros sobre expurgos na poupança

**Marcela Villar De São Paulo**

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar um tema que pode custar bilhões de reais às principais instituições financeiras do país. Os ministros vão decidir a partir de quando se encerra a incidência dos chamados juros remuneratórios de 0,5% ao mês nas ações judiciais sobre os expurgos que afetaram as cadernetas de poupança de milhares de brasileiros que conviveram com a **inflação** no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. A tese começou a ser julgada ontem, em recurso repetitivo.

O voto do relator, o ministro Raul Araújo, foi favorável aos bancos. Como houve um pedido de vista da ministra Nancy Andrighi, o julgamento foi suspenso sem data para voltar à pauta. Ainda faltam se manifestar os outros nove ministros.

Tanto o Banco do Brasil quanto o Bradesco, partes nos recursos que começaram a ser julgados, citaram as ações de indenização contra eles no balanço do primeiro trimestre, publicado no início deste mês. O Bradesco classificou a perda como provável, que são aquelas provisões com mais chance de acontecer. Mas não foi possível identificar o montante relativo à causa. Procurados, ambos não quiseram se manifestar.

Para as instituições financeiras, o marco final para a aplicação dos juros remuneratórios sobre os expurgos deve ser a data de fechamento da conta de poupança ou até a conta do poupador atingir saldo zero. Já a tese dos poupadores é de que a incidência seja aplicada até o efetivo pagamento. Segundo advogados, a depender do caso, essa diferença temporal pode provocar perda de 70% ao que seria pago às pessoas físicas.

Citando precedentes da 3ª e 4ª Turmas do STJ, o ministro Raul Araújo reformou a decisão anterior do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que havia sido favorável ao poupador, no caso do Bradesco, para determinar a incidência até o efetivo pagamento dos expurgos. Defendeu que a aplicação só pode ocorrer nos processos em que haja a condenação expressa por juros remuneratórios - que não se confundem com os juros de mora, de 1% ao mês, aplicável a toda e qualquer ação. Ele também limitou a aplicação da tese às ações coletivas e não às

individuais.

Raul Araújo propôs a seguinte tese: "Desde que expressamente previstos na sentença coletiva, que determina a recomposição dos índices inflacionários expurgados, o termo final de incidência dos juros remuneratórios sobre a parcela da conta poupança resultante da recomposição do índice expurgado é a data de encerramento da conta ou aquela em que passa a ter saldo zero, o que primeiro ocorrer" (REsp 1877280 e REsp 1877300 ou Tema 1101).

O relator acatou a tese dos advogados que fizeram sustentação oral em favor dos bancos e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) durante a sessão. Eles defenderam que os juros são uma obrigação acessória, que encerra a incidência quando acaba a obrigação principal, que é o dinheiro na conta da poupança. Por isso, esse que deveria ser o marco temporal.

"Não havendo mais o contrato de depósito, não há incidência de juros remuneratórios. Com saldo zero, não há mais causa jurídica para atribuição às partes, seja depositante, seja depositário, de qualquer direito que decorra desse contrato", disse o advogado do Bradesco, Marcos Cavalcanti Oliveira, durante a sessão.

Um dos casos, envolvendo o Banco do Brasil, remonta ao ano 1989, quando vigorava o Plano Verão, implantado durante o governo do José Sarney com o objetivo de combater a **inflação**. Segundo o advogado Paulo Cavalcanti de Albuquerque, do Cavalcanti Albuquerque Advogados, que representa uma poupadora no julgamento, uma série de ações individuais e coletivas foram movidas naquela época, até 1991, com o Plano Collor II. Nesse processo, a ação civil pública foi movida pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Para Cavalcanti, os juros devem incidir até o efetivo pagamento. "É notório e evidente que se ainda tem valor a ressarcir ao poupador, não se pode considerar como marco final a conta como extinta ou zerada, porque o contrato não se encerrou. Então o banco tem o dever de pagar os juros remuneratórios de 0,5% para a recomposição do patrimônio", afirmou.

Na visão dele, a tese dos bancos, adotada pelo relator,

pode implicar violação da coisa julgada. Isso porque, nos dois recursos em julgamento no STJ, assim como em outros casos, há expressamente na sentença a condenação por juros remuneratórios até o efetivo pagamento e não até o fechamento da conta poupança. "Não se pode mexer no que foi decidido e alterar a condenação." Já na visão do advogado Renato José Cuiy, sócio do FCAR Advogados, o voto do relator traz segurança jurídica, pois confirma precedentes anteriores do próprio STJ. "Existia uma tentativa de aproveitamento e interpretação extensiva de decisões que não contemplavam o pagamento de juros remuneratórios. O voto do ministro organiza o terreno e foi expresso de que os juros remuneratórios só valem se houver condenação em processos coletivos", afirma. Segundo ele, a incidência da correção até o efetivo pagamento desvirtua a natureza dos juros remuneratórios.

Em nota, a Febraban, que é parte interessada na ação, afirmou entender que "após o encerramento da conta poupança, não se justifica a incidência de juros remuneratórios nas ações de planos econômicos, uma vez que nessa circunstância o poupador poderá usar seus recursos". Para a entidade, é "importante a manutenção da jurisprudência do STJ", assim como a segurança do Acordo Coletivo de Planos Econômicos, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"Desde junho de 2018, mais de 300 mil pessoas já aderiram ao acordo referente às diferenças de correção da poupança dos planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, com o pagamento de R\$ 4,7 bilhões", disse. O prazo para adesão ao acordo foi prorrogado para junho de 2025.

"Tese não vai e para ações individuais, só para as ações coletivas" Raul Araújo

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187881>

# Lei que prorroga benefício ao setor de eventos é sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), estabelecido durante a pandemia da covid-19 e que foi mantido pelo Congresso nos anos seguintes.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria inicialmente encerrar o programa como parte de suas medidas para equilibrar as contas públicas. Porém, foi feito um acordo com um teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal até dezembro de 2026, sem correção da **inflação**, e o programa foi refeito e aprovado pelo Congresso.

A sanção, sem vetos, ocorreu em evento no Palácio do Planalto. Além de Lula, participaram da cerimônia os ministros do Turismo, Celso Sabino, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Cultura, Margareth Menezes.

A reformulação do Perse foi desgastante para o governo. O Executivo incluiu o fim do programa em uma medida provisória (MP) no ano passado, mas o Legislativo não aceitou.

**Negociação** O fim do Perse foi excluído da MP, e a ajuda ao setor passou a ser discutida em forma de projeto de lei, que não tem prazo para deliberação. A última análise antes do envio para sanção foi pelo Senado, em 30 de abril.

Sabino mencionou a dificuldade do governo para chegar a um acordo com o Congresso: - Haddad esteve dezenas de vezes na Câmara e no Senado para construir esse acordo. Buscou ao limite fazer um equilíbrio entre austeridade fiscal e benefício.

O texto aprovado prevê que 30 atividades terão acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para sete, mas foi vencida.

O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia da covid-19, para socorrer empresas de eventos com dificuldades financeiras em razão da interrupção de suas atividades. O governo tentou extinguir o benefício, alegando que as empresas já se recuperaram, mas enfrentou a resistência do Congresso, que decidiu dar um fim gradual aos incentivos.

Durante as negociações, porém, por pressão da Fazenda, a Câmara concordou em limitar os custos do Perse.

"Temos agora uma lei bem mais moderna e eficiente, que garante austeridade fiscal, fiscalização dos recursos públicos e combate à fraude." CELSO SABINO Ministro do Turismo

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240523>